



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE JORNALISMO

GIULIANNE BEZERRA BATISTA

**ESCÂNDALOS POLÍTICO-MIDIÁTICOS: UM ESTUDO SOBRE OS
ENQUADRAMENTOS DA REVISTA *ISTO É* NA COBERTURA DA
OPERAÇÃO LAVA JATO**

FORTALEZA

2016

GIULIANNE BEZERRA BATISTA

ESCÂNDALOS POLÍTICO-MIDIÁTICOS: UM ESTUDO SOBRE OS
ENQUADRAMENTOS DA REVISTA *ISTO É* NA COBERTURA DA OPERAÇÃO
LAVA JATO

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques.

FORTALEZA

2016

GIULIANNE BEZERRA BATISTA

ESCÂNDALOS POLÍTICO-MIDIÁTICOS: UM ESTUDO SOBRE OS
ENQUADRAMENTOS DA REVISTA *ISTO É* NA COBERTURA DA OPERAÇÃO
LAVA JATO

Monografia apresentada ao Curso de
Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte
da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 11/07/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Orientador)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Diógenes Lycarião Barreto de Sousa

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Rafael Rodrigues da Costa

Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe, Auta.
Ao meu irmão, Hermes Magno.

AGRADECIMENTOS

Concluir uma etapa traz reflexão sobre o percurso realizado. Nesta trajetória, recebi contribuições de pessoas especiais. São muitos os motivos para agradecer. Sorte, gratidão e amor são as sensações que ficam nestas linhas como forma de retribuir a quem participou desta jornada ao meu lado.

A Deus, sobre tudo o que sou e tudo o que me cerca.

Ao professor Jamil Marques, pela orientação, ensinamentos, sugestões e paciência. Sou grata também pela acolhida no Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE), pela oportunidade da bolsa de iniciação científica e pela confiança no meu potencial.

À minha mãe, Auta Bezerra, pelo dom da vida e por ter doado a própria vida por mim. Pelo incentivo precoce aos estudos e à leitura. Pelo cuidado, carinho, atenção, convívio e exemplo de mulher que eu pretendo me tornar, pouco a pouco.

Ao meu irmão, Hermes Magno, que me enche de orgulho a cada dia, pelos puxões de orelha e por me ensinar que sempre podemos fazer melhor.

Aos demais professores que colaboraram na minha formação intelectual e humana. Ronaldo Salgado, Ricardo Jorge Lucena, Naiana Rodrigues, Gisa Carvalho, Edgard Patrício de Almeida, Nonato de Lima, Gabriela Reinaldo, Luizianne Lins, Kamila Bossato, Daniel Dantas, Cida de Sousa, Elian Machado, Luís Sérgio Santos e todos aqueles que estiveram de passagem me proporcionando ensinamentos. As descobertas do universo da comunicação foram mais incríveis com vocês!

Aos amigos que compartilharam comigo anseios e bons momentos ao longo dos quatro anos de curso, em especial, Letícia Almeida, Lia Mota, Yngrid Matsunobu, Meillyne Gomes, Ingrid Coelho e Marina Holanda, que dividiram trabalhos, projetos, pensamentos e carinhos. Agradeço também aos que me acompanham a mais tempo e encheram minha vida de apoio e motivação para a conclusão deste trabalho. São eles, Taciana Dantas, Brenda Fontes, Laenia Costa, Davi Rocha e Danilo Estevam.

Agradeço à banca de avaliação, professor Diógenes Lycarião e professor Rafael Costa, pela disponibilidade e assistência, respectivamente. Por fim, agradeço à Universidade Federal do Ceará, pela experiência maravilhosa de integrar o corpo discente desta instituição.

RESUMO

O escândalo político acompanha o desenvolvimento das sociedades modernas. A partir dos avanços da comunicação de massa, ganha amplitude por meio da publicização na esfera midiática. São muitos os prejuízos de um agente político ao ter exposição negativa no noticiário: comprometem-se a reputação, confiança e legitimação do poder simbólico. Nesse contexto, o Jornalismo torna-se peça fundamental no desenho do jogo político por selecionar, caracterizar e direcionar os fatos que serão debatidos na esfera pública. O campo jornalístico tem papel privilegiado na configuração das imagens públicas e, conseqüentemente, na formação da opinião pública sobre os acontecimentos. Por imagem pública, compreende-se o conjunto de discursos, ações e características de agentes e instituições que circulam em sociedade. A comunicação de massa atua na formulação de imagens ao definir quais aspectos das figuras políticas serão evidenciados na cobertura midiática. Assim sendo, este trabalho propõe analisar a cobertura jornalística da operação Lava Jato realizada pela revista semanal *Isto É*, identificando personagens e enquadramentos mais presentes nas narrativas. Mais exatamente, busca-se compreender em que medida os *frames* operados pela revista constroem a imagem do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de Dilma Rousseff e de Lula, atores mais citados pela publicação ao longo dos textos. O *corpus* da pesquisa é composto por três reportagens de três edições da *Isto É* que tratam da investigação da Polícia Federal a partir da delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral e da divulgação de conversas telefônicas entre os líderes petistas. As matérias foram veiculadas entre 03 e 18 de março de 2016. Os textos são examinados por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, que oferece aporte para identificar o tema central das reportagens e os *frames* construídos para designar as personagens de maior relevância no escândalo de corrupção na empresa Petrobras. Os resultados apontam para uma cobertura crítica em relação aos referidos protagonistas das matérias. O tema central dos textos é Política e o enquadramento mais frequente discorre a respeito de juízos de valor sobre Dilma Rousseff feitos pela revista. Os recortes atribuem à Dilma crimes de obstrução da investigação, omissão sobre as práticas de corrupção na estatal e induzem a necessidade da saída da petista do cargo de Presidência. A caracterização negativa estende-se ao ex-presidente Lula e ao PT. Considera-se que a cobertura busca depreciar o governo do PT, na figura de Dilma e Lula, por meio de subjetivação negativa dos textos, o que compromete o ideal de objetividade jornalística e aponta para o posicionamento da empresa de comunicação sobre a questão.

Palavras-chave: Lava Jato. Escândalo Político Midiático. Opinião Pública. Enquadramento. Jornalismo Político.

ABSTRACT

The political scandal follows the development of modern societies. From the mass communication advances, gains amplitude through publicity in the media sphere. The political worker loses too much having negative exposure in the news: undertake to reputation, trust and legitimacy of symbolic power. In this context, journalism becomes instrumental in the design of the political scenery by select, characterization and direction of the facts to be discussed in the public sphere. The journalistic field has privileged role in setting the public image and consequently the formation of public opinion on the events. For public image, it is understood the set of speeches, actions and characteristics of agents and institutions circulating in society. Mass communication acts in the image making to define which aspects of political figures will be disclosed in the media coverage. Therefore, this work aims to analyze the news coverage of "Operação Lava Jato" carried by the weekly magazine "Isto É", identifying characters and more frequently in the narrative frameworks. Rather, try to understand to what extent the frames operated by the magazine builds the government's image, Workers Party's (PT), Dilma Rousseff and Lula, actors more commonly cited by the publication throughout the texts. The body of the research consists of three stories of three editions of "Isto É", with is dealing with the investigation of the Federal Police from the plea bargaining of former senator Amaral Delcídio and disclosure of telephone conversations between the PT leaders. The matters were aired between March, 3 to 18, 2016. The texts are examined through content analysis methodology, which provides input to identify the central theme of the reports and frames built to designate the most relevant characters in the scandal corruption at Petrobras company. The results point to a critical coverage in relation to these protagonists. The central theme of the texts is the Politics and the most common frameworking elaborates on value judgments about Dilma Rousseff made by the magazine. The clippings point to Dilma's investigation obstruction crime, omission on corrupt practices at Petrobras and induce the need for vacancy of the presidency's office. The negative characterization extends to former President Lula and to PT. It is considered that the coverage, tries to depreciate the PT government, through the figure of Dilma and Lula, and negative subjectivity of the texts, which undermines the ideal of journalistic objectivity and points to the positioning of the media company on the issue.

Palavras-chave: Lava Jato. Midiatic-Political Scandal. Public Opinion. Framing. Political Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 INTERFACES ENTRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O CAMPO DA POLÍTICA NO BRASIL	14
1.1 Comunicação de massa e o processo de produção da notícia	14
1.2 Construção da opinião pública	17
1.3 Breve processo histórico da mídia no Brasil	21
1.4 A noção de campo social	24
1.5 As relações entre o campo do jornalismo e o campo político.....	28
1.6 Escândalos Político-Midiáticos	31
2 CONSTRUINDO A REALIDADE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS TEORIAS DO JORNALISMO	40
2.1 Teorias do Jornalismo: uma breve contextualização	40
2.2 Como <i>Framing</i> e <i>Agenda Setting</i> atuam na formação da opinião pública.....	45
3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA JATO E DA REVISTA <i>ISTO É</i>	53
3.1 Lava Jato e os desdobramentos de uma investigação.....	53
3.2 Breve histórico da Revista <i>Isto É</i>	57
4 ANÁLISE EMPÍRICA	60
4.1 Reportagens: <i>A delação de Delcídio, O esquema de Erenice, Acabou!</i>	60
4.2 Estratégias metodológicas	64
4.3 Análise das reportagens da <i>Isto É</i>	70
4.3.1 Análise do enquadramento <i>Dilma interfere nas investigações</i>	71
4.3.2 Análise do enquadramento <i>Lula interfere nas investigações</i>	73
4.3.3 Análise do enquadramento <i>Dilma e Lula interferem nas investigações</i>	73
4.3.4 Análise do enquadramento <i>Relações de Dilma e Lula com acusados de corrupção</i> ..	74
4.3.5 Análise do enquadramento <i>Juízo de valor sobre Dilma</i>	75
4.3.6 Análise do enquadramento <i>Outros</i>	81
4.4 Considerações sobre o resultado da análise	82
CONCLUSÕES	87
REFERÊNCIAS	89

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a prática política apoia-se cada vez mais na comunicação de massa, pois reconhece a importância dela no processo eleitoral, na manutenção da imagem pública positiva dos agentes políticos e nas gestões de governo (GOMES, 2004; MIGUEL, 2002; COOK, 2005; ENTMAN, 1989, THOMPSON, 1999, MIOLA; MARQUES, 2010). Em contrapartida, as empresas de Jornalismo são agentes com interesses e posicionamentos próprios que interferem nestes processos, em especial, ao tratar de temas políticos, com valores e ideologias dos proprietários e jornalistas no relato dos fatos. Um dos meios de expressar tal postura é o uso de enquadramento da notícia, que vem a caracterizar um grupo, partido ou candidato a partir da seleção de informações e direcionamentos realizada na produção da notícia, embora os *media* utilizem-se do discurso de objetividade na busca pela representação dos interesses dos cidadãos, na vigilância, desconfiança e independência da esfera política (AZEVEDO, 2006; PORTO, 2004; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; ALBUQUERQUE, 2000).

Partindo de tal perspectiva, este trabalho abrange a relação do campo jornalístico e do campo político no Brasil por meio da construção de enquadramentos da revista semanal *Isto É*. A cobertura em questão refere-se à operação Lava Jato, investigação deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014 que busca identificar e punir os envolvidos na lavagem de recursos da empresa Petrobras.

O objetivo deste estudo é analisar o processo de enquadramento jornalístico no contexto de crise política feito pela *Isto É* no que diz respeito às construções textuais e angulações alusivas ao fenômeno operação Lava Jato¹. Parte-se do pressuposto de que a produção de notícia influencia no processo de formação da opinião dos cidadãos por meio de *frames*. As literaturas das áreas de Comunicação e Política e Teorias do Jornalismo são cotempladas ao longo da argumentação com o intuito de melhor explicar os fenômenos tocados.

O *corpus* em questão são três edições da *Isto É*, sendo a primeira veiculada no dia 03 de março de 2016 com o título *A delação de Delício*, que trouxe à público trechos

¹Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br>>. Acesso em 07 abril de 2016.

da delação premiada² do ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS) sobre a lavagem de dinheiro dentro da empresa estatal Petrobras. O ex-senador aponta o envolvimento da até então presidente da República Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), no esquema de corrupção e em tentativas de interferir nas investigações e obstruir a Justiça, o que tornou-se um dos pontos altos no escândalo político midiático que estampa manchetes de todo o país há mais de 2 anos e causou forte abalo político, institucional e econômico.

Segundo dados do Ministério Público Federal (MPF)³, até 14 de junho de 2016, foram 1.237 procedimentos instaurados, 105 condenações e 52 acordos de colaboração premiada firmados, entre outros números expressivos referentes ao desvio bilionário que envolve em corrupção empreiteiras, operadores financeiros, políticos e funcionários da companhia. Um dos depoimentos negociados de maior repercussão é o do ex-senador Delcídio do Amaral, amplamente explorado no noticiário nacional devido a citação dos nomes de mais de 37 políticos, 27 empresas e quatro partidos⁴.

Neste trabalho, a delação de Delcídio será ponto de partida para a verificação dos elementos caracterizadores do escândalo político midiático propostos por Thompson (2000), Luhmann (2005) e Sánchez (1994). Além desta, mais duas edições da revista servirão no estudo empírico para colaborar na descrição do tratamento dado no episódio Lava Jato.

A investigação é um caso interessante de cobertura de escândalo político a ser pesquisado no âmbito da área Jornalismo e Política devido ao impacto social do caso, à dimensão midiática do tema e à atualidade da questão. De acordo com o MPF, a operação Lava Jato configura-se como a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres

² Várias leis trouxeram a possibilidade de conceder benefícios àqueles acusados que cooperam com uma investigação. Esses benefícios podem ser a diminuição da pena, a alteração do regime de cumprimento da pena ou mesmo, em casos excepcionais, a isenção da pena. A lei brasileira que detalhou como funciona a colaboração premiada foi a chamada Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013) com o objetivo de possibilitar a desarticulação de quadrilhas, bandos e organizações criminosas, facilitando a investigação criminal e evitando a prática de novos crimes por tais grupos.

³ Disponível em <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/a-lava-jato-em-numeros-1>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

⁴ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750420-senador-delcidio-do-amaral-implica-74-pessoas-em-delacao-premiada.shtml>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de R\$ 6,4 bilhões de reais. Somado a isso, observa-se a notoriedade política dos suspeitos de participar do esquema, que gera interesse público e dos jornalistas.

Até a 26ª fase da operação, foram 49 delações premiadas e 117 conduções coercitivas⁵, sendo o depoimento do ex-senador Delcídio do Amaral destaque na revista *Isto É* em março de 2016, mesmo com o teor da delação não tendo sido confirmado nem homologado pelo Supremo Tribunal Federal até então. No dia seguinte à publicação, a Polícia Federal levou o ex-presidente Lula a depor coercitivamente, gerando manifestações⁶ contrárias e a favor ao governo do Partido dos Trabalhadores às ruas, bem como incendiou o processo de pedido de *impeachment*⁷ de Dilma Rousseff, aceito tempos depois na Câmara dos Deputados.

Os elementos em questão foram explorados midiaticamente, tornando aquela semana decisiva no agravamento da crise política do país. O governo PT passou administrar uma imagem negativa a partir do impacto dos enquadramentos sobre as lideranças do partido. A cobertura jornalística realizada na condução coercitiva do ex-presidente trouxe marcas subjetivas e ideológicas das empresas jornalísticas no tema política, caracterizando, segundo Thompson (2000), um escândalo político-financeiro.

Foram selecionadas para a análise três matérias de capa de três edições da revista *Isto É*, no período estabelecido de 03/03/2016 a 18/03/2016, considerando os desdobramentos da delação do ex-senador Delcídio do Amaral e a divulgação de conversas telefônicas entre Dilma e Lula. O método de Análise de Conteúdo por meio de enquadramentos foi utilizado no intuito de investigar a construção textual das reportagens e de que maneira a revista *Isto É* representou os acontecimentos.

Os *framings* oferecem a possibilidade de examinar empiricamente o papel da mídia na construção da realidade, que por sua vez, fomenta a opinião pública. Assim, a análise de enquadramento fornece instrumentos para analisar os padrões de

⁵ Disponível em <<http://g1.globo.com/fantastico/edicoes/2016/03/06.html>>. Acesso em 12 de março de 2016.

⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/manifestantes-anti-e-pro-lula-brigam-em-frente-casa-do-ex-presidente.html>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

⁷ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751243-dilma-e-notificada-sobre-abertura-do-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

apresentação, seleção, ênfase e exclusão textuais através dos quais os jornalistas organizam o discurso, escolhendo, separando, excluindo ou enfatizando determinados aspectos de uma realidade, desenhando uma angulação específica (SILVA, 2008, p.2).

O trabalho é dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro destinado a discutir como relacionam-se a mídia e a política em um contexto de governo democrático. Historicamente, o Jornalismo passou por fases que interferiram no ambiente político, colocando-se como centro da vida social e apropriando-se do papel de "Quarto Poder".

O desenvolvimento da comunicação de massa trouxe mudanças na produção da notícia e no perfil dos atores políticos. A relação entre os dois campos modificou-se, em especial, quando o universo político compreendeu o papel estratégico da mídia de massa na visibilidade dos assuntos públicos das democracias contemporâneas. É deste modo que a disputa por uma imagem pública favorável construída pelos *media* torna-se parte integral do processo político. O intuito, neste primeiro momento, é apontar o papel da mídia na formação da opinião pública a partir dos *frames* operados pela comunicação mediática. Para tal, conceitua-se a própria noção de opinião pública, como também de campo social. Um último tópico é destinado a tratar da configuração de um escândalo político-midiático a partir da discussão apresentada.

O segundo capítulo diz respeito à história e à aplicação das Teorias do Jornalismo com ênfase no paradigma que surgiu na década de 1970 dentro da investigação acadêmica: o jornalismo agente na construção da realidade. Os conceitos de *agenda-setting* e *framing* são apresentados, reforçando a concepção da Teoria Construcionista como aquela ideal para fundamentar este trabalho.

No terceiro, faz-se a contextualização da crise no Governo Dilma a partir de uma explanação sobre a Lava Jato e uma breve contextualização da revista semanal *Isto É*. O quarto capítulo é dedicado à apresentação do *corpus*, explicação das estratégias metodológicas utilizadas pela pesquisa, análise empírica dos enquadramentos das reportagens e discorre sobre os apontamentos e descobertas da análise. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

1 INTERFACES ENTRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O CAMPO DA POLÍTICA NO BRASIL

1.1 Comunicação de massa e o processo de produção da notícia

Existe uma relação simbiótica entre Jornalismo e democracia na teoria democrática (TRAQUINA, 2005; BOBBIO, 2000; DAHL, 1997; GOMES; MAIA, 2008; DINES, 2009; PERUZZO, 2002; SCHUDSON, 1995), mas a teoria democrática define o papel adversarial entre o poder político e o Jornalismo, historicamente observado desde o século XIX, chamado o "Quarto Poder" (TRAQUINA, 2005, p. 23). A relação entre política e comunicação de massa reconhece alguns modelos básicos e distintos do Jornalismo ao longo da história (THOMPSON, 1999; MARCONDES, 2000; SCHUDSON, 2010; NEVEU, 2006; RUELLAN, 2004; TRAQUINA, 2005; AGUIAR, 2008; PEREIRA, 2003). Entre eles, três fases do Jornalismo fazem-se necessárias comentar. Ao passo do primeiro momento histórico, a imprensa de opinião é estabelecida.

"A imprensa de opinião nasce, portanto, burguesa, no interior da esfera civil e para defender os seus interesses, hostil à esfera reservada da política e polêmica contra o Estado aristocrático" (GOMES, 2004, p. 32). Surge assim, na esfera civil, para defender os próprios interesses do domínio do Estado, sendo fruto da necessidade de uma discussão pública política fora da esfera política restrita. Quando os burgueses conquistaram a esfera de decisão política, a relação entre imprensa e política passa a ser reconsiderada. A burguesia divide-se então em grupos no governo e na oposição e a imprensa posiciona-se para acompanhar a nova configuração. Assim, a imprensa de opinião torna-se de partidos políticos e toma caráter de periódicos governistas e periódicos de oposição. Tal postura rompe com o princípio de representação dos interesses da esfera civil (TRAQUINA, 2005; GOMES, 2004; SODRÉ, 1999, SOUSA, 2008).

O segundo modelo traz os meios tecnológicos de produção e uma nova forma de reprodução e circulação a serem distribuídos massivamente. A imprensa passa a dividir atenção com o rádio, cinema e televisão. A comunicação de massa é reduzida a um instrumento, a um mero intermediário entre sociedade e política. "A expressão *mass media* se monta, assim, a partir de uma concepção que não vê nessas formas da indústria

da cultura e da informação outra coisa a não ser os dispositivos de emissão e a capacidade de difundir conteúdos e mensagens para audiências massivas" (GOMES, 2004, p. 33). A imprensa de partido foi sendo, gradualmente, assimilada pela indústria da informação na medida em que nota-se a rentabilidade da relação entre produção de notícias e anunciantes. A partir dos anos de 1960 a comunicação passou a atuar com uma indústria potente e globalizada, trazendo no centro desta transformação a prática política que já se apoiava na comunicação de massa. A comunicação de massa e a indústria cultural são apresentadas, então, no cerne das instituições sociais.

Por fim, o último modelo é instaurado no século XX. Trata-se da indústria de informação, citada anteriormente, que transforma em negócio o consumo de conteúdo e estreita laços com anunciantes para sustentar-se. Surge a demanda por informação isenta de opinião ou posicionamento político. Fornecer informação a contra ponto da propaganda é a nova finalidade. Desta forma, o desenvolvimento da imprensa está relacionado com a industrialização da sociedade e com o desenvolvimento de um sistema financiador deste produto, que é a publicidade (GOMES, 2004; MARSHALL, 2003; SOUSA, 2008). A nova produção de notícias trouxe consigo os conceitos de objetividade e imparcialidade, os quais se faziam necessidade entre os cidadãos. O público não queria ser condicionado por valores políticos e interesses de terceiros, dando espaço para a imprensa empresarial, a qual modelava a notícia de uma forma a satisfazer os públicos.

Os ideais de objetividade, imparcialidade e independência passaram a reger a qualidade da notícia. O novo nicho de mercado apresenta a imprensa empresarial. A credibilidade torna-se uma das propriedades comerciais do Jornalismo, sendo conquistada com isenção, honestidade, verdade, atualização, objetividade etc. Neste terceiro modelo, não há meios e intermediários, mas setores industriais e campos sociais (Gomes, 2008).

Nelson Traquina dá ênfase na trajetória histórica do Jornalismo na democracia a partir da comercialização da notícia como uma mercadoria ainda no século XIX e da expansão da imprensa no século XX. Além disso, percebe a profissionalização dos jornalistas como um dos definidor do valor da notícia dentro da função social da informação. A noção do serviço ao público surge com o objetivo de oferecer um novo produto: "notícias baseadas em fatos e não mais em opiniões" (TRAQUINA, 2005, p.

34). Thompson (2005) ainda destaca que a luta por uma imprensa independente, capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controle estatal, desempenha papel importante na evolução do estado constitucional moderno.

Entre os fatores de sucesso para esta configuração do Jornalismo estão a evolução do sistema econômico, os avanços tecnológicos, fatores sociais, a evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo à democracia (O'Boyleapud TRAQUINA, 2005, p.35). A legitimidade jornalística insere-se com a conquista do governo democrático e a luta da liberdade e o manifesto contra a censura e são a base para o conteúdo isento de partidarismo e opinião.

Alguns dos primeiros pensadores liberais no século XIX foram enfáticos quanto a questão da liberdade de imprensa. Jeremy Bentham, John Stuart Mill e James Mill defendem que a liberdade de imprensa é o principal instrumento de reforma social que tensionava o governo. "Eles viam na liberdade de expressão de opinião através de uma imprensa independente uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do estado" (THOMPSON, 1999). Alexis Tocqueville afirma que a soberania do povo e a liberdade de imprensa são inseparáveis. Assim é desenhado aquilo que chama-se de *Quarto poder*, que vigia os outros três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) em função do compromisso social. Um novo Jornalismo estava sendo criado com a função de vigiar o poder político e fornecer informação aos cidadãos. Tantas fases em períodos históricos distintos construíram socialmente um *ethos* específico ao Jornalismo, o que lhe permitiu legitimação para exercer tal papel e configurar-se como um campo social.

Apesar disto, este modelo que rompe com os laços partidários agora preocupa-se em dar lucros com a venda de notícias e estabelece outra relação: compromisso com os anunciantes, e em paralelo, o universo político se contamina pela linguagem midiática. As guerras e os regimes autoritários utilizaram a comunicação como arma de persuasão. Ao longo da história, os atores políticos compreenderam os conceitos de visibilidade e opinião pública e buscaram utilizar-se da gramática midiática para obter êxito frente aos cidadãos, o que leva à profissionalização da comunicação política. Pesquisadores, analistas, publicitários, marketeiros, especialistas em comunicação, assessores de imprensa, relações públicas são alguns dos agentes não-políticos que passaram a coordenar o processo de comunicação no campo político.

Por sua vez, as instituições e sujeitos que disputam a exposição na esfera de visibilidade são vulneráveis a julgamentos, curiosidades, expectativas e, portanto, passíveis de formação de opiniões, imagens e dúvidas (WEBER, 2004). As empresas de jornalismo e os jornalistas constroem relações de conflito e de negociação com o campo político, o que faz do Jornalismo peça fundamental na configuração do jogo político e que interfere na forma como se faz política (SCHUDSON, 2008). Deste modo, "é essencial debater a forma pela qual a cobertura jornalística é configurada e, ao mesmo tempo, configura imagens" (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013). Assim, ao usar o método de análise de enquadramentos é possível compreender em que medida um veículo seleciona notícias e recortes a favorecer ou desapreciar um agente político, interferindo nos fatos, uma vez que na contemporaneidade, a realidade social é disseminada e representada na mídia.

Dos inesgotáveis fatos que ocorrem diariamente, o Jornalismo elege um pequeno número e o veicula em forma de notícia. "O cidadão comum só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação" (MIGUEL, 2011, p. 44). Por isso, o processo de enquadramento é marcado por tensões entre o discurso de objetividade e compromisso com a informação para melhor munir o indivíduo em sua atuação cívica e os interesses e posicionamentos particulares das empresas de comunicação, de anunciantes e de marcas subjetivas na produção de conteúdo. Pode-se considerar assim um viés a ser estudado dentro do processo histórico da evolução da comunicação de massa.

1.2 Construção da opinião pública

É necessário perceber o papel estratégico da mídia de massa na visibilidade nos assuntos públicos das democracias contemporâneas. Trata-se da comunicação mediática, aquela que produz e divulga, por meios tecnológicos, bens simbólicos (RUBIM, 1999). O caráter público do poder foi instaurado pelo Estado constitucional moderno e traz transparência e visibilidade como algumas das condições fundamentais para a prática da democracia. Tais condições também são implicadas no âmbito da imprensa e os problemas que tangem o tema *Comunicação e Democracia* recaem sobre o papel dos meios de massa e a relação deles com os direitos e as liberdades dos indivíduos. Administrar a visibilidade torna-se, portanto, imperativo não só para candidatos, mas

também para agentes políticos em mandatos (THOMPSON, 2000). Segundo, Gomes e Maia (2008),

Esse papel se cumpre com a garantia dos direitos de expressão, com a consolidação da liberdade e da pluralidade de opiniões, com a função da vigilância constante e hostil contra os "governos invisíveis" e contra a tendência de uso patrimonialista do Estado, pelo constrangimento exercido sobre os poderes públicos para forçá-los à transparência e à prestação de contas, pela proteção do indivíduo, por meio da extensa visibilidade pública mediada pelos meios de massa, contra os arbítrios privados e públicos, enfim, pela defesa intransigente das liberdades e da igualdade de todos no interior da comunidade política. (GOMES; MAIA, 2008, p. 14)

Na mesma perspectiva, Miola (2012) traça uma análise das contribuições da comunicação de massa para o exercício da cidadania e, especialmente, para a promoção da deliberação pública e aponta funções como: (1) provimento de informações, oferecendo visibilidade a fatos, problemas e questões de interesse público; (2) formação da opinião, dando visibilidade a posicionamentos disponíveis; (3) promoção de debates, através do confronto de atitudes e julgamentos divergentes; (4) fiscalização das atividades do campo político, favorecendo a *accountability*. (MARQUES; MIOLA apud MIOLA, 2012).

Já a importância da comunicação de massa para o processo político faz com que grande parte da disputa política contemporânea se transforme em uma luta pela imposição de imagens públicas (GOMES, 2004). O que busca-se compreender, mais especificamente no âmbito da política, é o papel da mídia na formação da opinião pública a partir dos *frames* operados pela comunicação mediática. Afinal, a mídia faz o intermédio entre os acontecimentos e os cidadãos (e não se limita a este papel) e desta forma, o enquadramento dos discursos realizado pelas empresas jornalísticas entra em questão. A opinião pública, tão cara à política, porque demarca a democracia e a esfera pública, é hoje entendida e utilizada como o espaço privilegiado (WEBER, 2000). Segundo a autora, o poder da sociedade, dos grupos sociais e dos indivíduos mais ou menos organizados pode ser identificado através da categoria abstrata da opinião pública.

Mas para entender a formação da opinião pública, vale destacar a significação de esfera pública e o seu requisito primeiro; a palavra, a comunicação. Segundo Jürgen Habermas (1974) a esfera pública burguesa surgiu em países como Inglaterra, França e

Alemanha a partir da distinção entre os conceitos de *público* e *privado*, que tem longa história no pensamento social e político ocidental, remontando à Grécia Antiga e os primórdios da democracia e da *pólis* (cidade grega). Tal separação ocorre com o avanço do capitalismo burguês sobre as monarquias e parlamentos.

Contraposta à esfera privada, destaca-se a esfera pública como um reino da liberdade e da continuidade. Só a luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram. (HABERMAS, 1984, p. 16)

A compreensão mais simples de esfera pública está baseada na idéia do cenário de debates e argumentações entre pessoas interessadas nos assuntos coletivos e que usam da racionalidade e da discursividade como ferramentas para alcançarem notoriedade diante das pessoas privadas. "A esfera pública é meio para se alcançar uma formação discursiva da opinião e da vontade coletiva" (Habermas, 1992, p. 446). Em contraponto, a esfera privada diz respeito ao íntimo, do lugar onde se estruturam e se constituem as subjetividades, da produção e reprodução da vida de cada um, bem como a economia e o mercado. Gomes e Maia (2008), baseados na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* do teórico alemão Jürgen Habermas (1984), explicam:

Os interesses, vontades e pretensões dos cidadãos podem ser levados em consideração apenas quando ganham expressão em enunciados. Neste sentido, chama-se esfera pública o âmbito da vida social que se materializa numa discussão constante entre pessoas privadas em público. O segundo requisito da esfera pública é que as trocas públicas de argumentos sejam conduzidas com razoabilidade e racionalidade. (GOMES; MAIA, 2008, p. 35-36)

Apesar da dimensão coletiva que a esfera pública apresenta, as posições privadas e individuais entram em questão de forma argumentativa. Desta maneira, a discussão na esfera pública pode reforçar determinada figura privada ou dar espaço a disputa de poderes privados em nome do coletivo. "A esfera pública é tanto o âmbito em que um público busca, no raciocínio das pessoas privadas, esclarecimento e entendimento recíprocos, quanto a arena da concorrência pública das posições privadas apresentadas na forma de argumentos" (GOMES; MAIA, 2008, p. 39).

Assim, a partir do século XIX, o regime democrático traz ao Estado obrigações sociais como o compromisso de assegurar os direitos dos cidadãos privados sem beneficiar uns diante a outros. Em paralelo à democracia, que garante a participação dos

cidadãos na esfera pública por meio de representação e demais mecanismos, a imprensa assume uma importante função a partir do seu caráter comercial e expansionista: "Os jornais passaram de mera instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária" (HABERMAS, 1984, p. 214).

Habermas descreve a imprensa como uma instituição da esfera pública, pois passa a intermediar o raciocínio das pessoas privadas reunidas num público e é instrumento da construção e reunião de públicos. "À imprensa, estará associada a idéia de opinião pública, particularmente da opinião pública política, na medida que se tornará instrumento com cuja ajuda decisões políticas são tomadas e legitimadas perante esse novo fórum público" (HABERMAS, 1984, p. 76). Porém, no lugar de cumprir com a sua função social, os meios de comunicação de massa passaram a impedir que fosse estabelecido uma esfera pública politicamente ativa devido ao marketing político, a propaganda e aos próprios interesses. Deste modo, Habermas vê na origem da opinião que se quer publicar o interesse privado com acesso privilegiado aos meios de comunicação, voltando ao mesmo paradigma.

Muito antes da década de 1960, quando Habermas passa a publicar obras relacionadas ao tema, o teórico estadunidense Walter Lippmann travava o debate em torno da constituição da esfera pública moderna. O autor argumentava que ao contrário da ideia original, a ágora grega, a esfera pública das sociedades de massa não possuía limites físicos e processos deliberativos face a face, porém mantinha a mesma importância nas democracias liberais. Lippmann ainda em 1920 credita legitimação às democracias liberais a partir da demanda de uma esfera pública de deliberação e já destaca que os espaços deliberativos se transformariam para além de exigências normativas (Lippmann, 1920). Hoje é possível verificar tal previsão no uso da internet e apropriação de espaços como fóruns, blogs, lista de e-mails e sites de rede social para discussão de temas públicos, reconhecidos por autores diversos que admitem o funcionamento dos espaços discursivos digitais como esfera pública (MARQUES, 2006; MARCONDES, 2001; LÉVY, 2002).

Assim, as arenas discursivas públicas, que não precisam atender à limitação clara geográfica, continuam sendo a condição social para a formação de uma opinião pública

política formulada coletivamente e a comunicação de massa dispõem de insumo (informação) e visibilidade às discussões para colaborar com a democracia. A opinião pública é fundamental para que a atividade cívica seja atribuída à sociedade uma vez que os espaços e a participação democrática estão distanciados. "A opinião é a vontade expressa como posição acerca de algum objetivo. A opinião pública é a vontade expressa como posição obtida numa argumentação racionalmente conduzida, é a vontade que se legitima como razão" (HABERMAS, 1984, p 102).

Para Habermas, a mudança estrutural da esfera pública está na conceituação da opinião pública, que não seria uma opinião gerada publicamente, mas uma opinião capaz de capturar a adesão pública. A imprensa que antes era uma plataforma para a opinião pública gerada por homens privados deveria ganhar outro caráter na contemporaneidade: a mídia é o espaço em que a opinião pública gerada pela esfera pública política deve circular primeiramente para obter o assentimento dos homens privados. Assim, verifica-se um quadro de publicidade na esfera pública, sendo a exibição de posições e produtos a serem aderidos pela coletividade.

1.3 Breve processo histórico da mídia no Brasil

Historicamente, a função da esfera civil é eleger quem governa ou quem legisla por meio da legitimidade democrática conferida à esfera política. Se tal papel é reducionista, é necessário lembrar de quando a sociedade só tomava conhecimento das pautas públicas por meio de uma imprensa de opinião associada a partidos políticos e por meio de imprensa governamental ou de quando o Estado fazia o controle das informações que deveriam circular. A necessidade de colocar em prática os princípios democráticos no âmbito da política e da comunicação faz-se intrínseca à própria modernidade, não devendo nem os cidadãos nem a mídia serem subjulgados por relações de poder externas. E assim, "é necessário, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a mídia é um fator central da vida política contemporânea e que não é possível mudar este fato" (MIGUEL, 2002, p. 158).

Azevedo (2006) toma os modelos de Hallin e Mancini (2004) para explicar as condições da comunicação de massa no Brasil com base na relação entre sistemas de mídia e sistemas políticos. Estes modelos, chamados de pluralista polarizado (ou mediterrâneo), corporativista-democrático (ou norte-centro europeu) e liberal (ou

Atlântico Norte) foram construídos a partir da análise de dimensões tais como o mercado de mídia, paralelismo político, desenvolvimento do jornalismo profissional e o grau e a natureza da intervenção estatal no campo da comunicação.

Vale destacar que o *corpus* proposto por Hallin e Mancini é composto por 18 países a partir de uma metodologia conhecida como "sistemas mais similares". Eles reconhecem que tais modelos e variáveis não podem ser aplicados a outros países com o sistema não tão similar, sendo necessário buscar uma adaptação aos padrões estabelecidos por eles em estudo. Além disso, acreditam que “os modelos que prevalecem na Europa Ocidental e na América do Norte tendem a ser os modelos dominantes em todo mundo” (HALLIN; MANCINI apud ALBUQUERQUE, 2012) ao identificar uma tendência global de convergência que poderia levar à homogeneização dos sistemas midiáticos. Entre os aspectos percebidos, estão a modernização, a globalização, a comercialização e a americanização.

O Brasil encaixa-se no modelo pluralista polarizado ou mediterrâneo que apresenta como elementos básicos do sistema de mídia jornais com baixa circulação e orientados predominantemente para a elite política e a centralidade da mídia eletrônica (rádio e TV) no mercado de informação (AZEVEDO, 2006). Os países elencados neste modelo, à época, são França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Neles, a liberdade de imprensa e o desenvolvimento da mídia comercial são tardios e os jornais vivem em instabilidade financeira, tornando-os dependentes de recursos do governo via publicidade oficial para se manterem.

O paralelismo político⁸ é elevado e o Jornalismo opinativo é predominante com interesses ideológicos, políticos e econômicos. O sistema público de televisão apoia as políticas de governo e a profissionalização no campo jornalístico é recente. Ao tratar do sistema político, o modelo mediterrâneo tem como característica períodos de autoritarismo e democratização recente e/ou pluralismo polarizado, presença dos partidos políticos na vida pública, predomínio da representação coletiva sobre a individual e envolvimento do Estado e dos partidos na economia.

⁸ O conceito de paralelismo político se tornou uma ferramenta de análise popular desde que Hallin e Mancini (2004) utilizaram nos estudos comparativos dos sistemas midiáticos. O conceito é citado no trabalho *O paralelismo político em questão*, publicado na revista *Compólitica* por Afonso de Albuquerque em 2012.

Quando o Jornalismo aproxima-se da política, a decisão dos enquadramentos da notícia ganha projeção. Na condição ideal, ao tratar de temas políticos, valores e ideologias dos proprietários e jornalistas não devem interferir no relato dos fatos para evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato. Apesar disso, o sistema de mídia no Brasil ainda conta com:

(...) o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. (AZEVEDO, 2006, p. 89)

Azevedo (2006) ainda destaca o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais no Brasil e a centralidade e a hegemonia da televisão. Além disso, no campo político, é possível verificar ciclos autoritários, democracia e liberdade de imprensa recentes e a atual presença de um pluralismo polarizado nos partidário.

Somente na virada do século XIX para o XX é que a estrutura empresarial do Jornalismo passou a ganhar forma nos veículos impressos. Apesar disso, a modernização industrial, comercial e gráfica dos jornais só iria ocorrer de fato a partir das décadas de 1960 e 1970 (Abreu, 2002). O rádio entra em vigor e se populariza em 1920. Tal concorrência pode ser identificada como o início da era da comunicação de massa. Ainda assim, o desenvolvimento deste mercado aconteceu gradualmente. A televisão surge na década de 1950 e leva à criação das redes nacionais de rádio e televisão nos anos de 1970. Entende-se assim que só a partir dos anos 1980 o sistema de mídia brasileiro ganhou a forma de uma indústria de massa.

Neste período de expansão, os meios de comunicação procuraram legitimar o monopólio da publicização ao construir o *ethos* do vigilante, do porta-voz da verdade, do espaço de pontos de vista plurais, do promotor de visibilidade necessária ao regime democrático e permanecem com tal postura ainda seja objeto de controvérsias na atualidade.

O marco inicial da imprensa moderna no Brasil é a formação dos Diários Associados, rede de jornais e, mais tarde, rádio e televisão construída pelo empresário Assis Chateaubriand. Os Diários Associados abriram portas para a trajetória que a Rede

Globo, o principal grupo de mídia do país, seguiria a partir do final dos anos de 1960. "Outro ponto de contato entre os Diários Associados e a Rede Globo é a disposição para intervir nas questões públicas" (MIGUEL, 2001, p. 46).

Hoje, as principais empresas de comunicação continuam a atuar em mais de uma plataforma, a exemplo das Organizações Globo, da família Marinho, que dispõe de televisão, rádio, jornais, revistas, livros etc. Os demais grupos midiáticos também são de cunho familiar e sustentam a posição hegemônica na mídia brasileira. Outro fator que marca o perfil do consumidor de informação no Brasil é que ainda no final dos anos de 1980, a televisão atingia 94% da população do país (RUBIM, 1989), e a taxa de analfabetismo, em 2014, entre brasileiros com 15 anos ou mais foi estimada em 8,3% (13,2 milhões de pessoas), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com este dado, o número de analfabetos é maior do que a população da cidade de São Paulo, que é formada por cerca de 12 milhões de pessoas.

1.4 A noção de campo social

Como é possível observar até aqui, o amadurecimento da comunicação e da política indicam um caminho em conjunto. A própria comunicação é um dos pilares da cultura ocidental e dos pressupostos democráticos. "O contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com o universo das questões públicas e mesmo o processo de governo sentiram, e muito, o impacto da evolução tecnológica da mídia" (MIGUEL, 2002, p. 155). No Brasil, a partir da década de 1960, é possível verificar tentativas de não se debruçar sobre os efeitos dos meios e recursos da comunicação nos fatos da política, mas de compreender a relação entre as duas esferas institucionais: a comunicação, mais especificamente do Jornalismo no caso deste trabalho, e a política.

Ao longo do processo histórico, as mudanças pelas quais o Jornalismo passou o colocou no patamar de um sistema estruturado com valores, relações objetivas e reconhecimento, adquirindo o *status* de campo social.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define

sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.
(BOURDIEU, 1997, p.57)

Bourdieu (1997 e 2005), para apreender mecanismos das práticas dos jornalistas, define campo jornalístico como um microcosmo que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos. Silva (2008) destaca que o sociólogo atenta para fatores mais internos à prática, e com isso, discute a autonomia ambígua e a dupla dependência do campo jornalístico em relação aos campos econômico e político e destaca a influência incessantemente ampliada do jornalismo, continuamente sujeito à pressão da lógica comercial, sobre os cidadãos comuns, sobre os próprios jornalistas e também sobre os demais campos sociais – o das ciências sociais, os outros campos científicos, e com ainda mais força sobre o campo cultural, dos artistas e escritores.

No universo da comunicação, cabem campos específicos com finalidades, normas e atores diferentes, a exemplo do campo da Publicidade, do Jornalismo e de Relações Públicas. Tais atividades relacionam-se entre si e com campos que estão fora da dimensão comunicacional. Neste trabalho, enfatiza-se a análise dos agentes que compõem o campo do jornalismo.

Por sua vez, o campo político se distingue por ser um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p. 95). Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza.

Para compreender os campos da comunicação e da política, é necessário fazer ressalvas sobre a obra de Bourdieu. O sociólogo se debruça no estudo de campos sociais, poder simbólico e na esfera de interação, contato e conflito dos campos. A influência de Marx, Weber e Durkheim na produção bourdiana sofre severas críticas por unir as percepções tão distintas dos três pensadores clássicos da sociologia. Ainda que atrelado ao marxismo na busca de compreender o espaço social no que tange as relações de força das classes e a produção da realidade social, Bourdieu rompe com a tendência

de reduzir o campo social ao campo econômico.

Bourdieu aponta estruturas objetivas no mundo social que podem coagir a ação dos indivíduos, independentes da consciência e da vontade dos agentes. São estruturas construídas socialmente. Os agentes constroem a realidade social, tensionam as relações com outros indivíduos visando destacar o próprio conjunto de ideias e recebem, dialeticamente, influencia do meio, do campo que buscam se inserir ou angariar mais espaço. "Eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar" (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Considerando tais estruturas, os símbolos contribuem com a construção do mundo e são instrumentos de obtenção de conhecimento de acordo com a tradição neokantiana. Durkheim considera as formas simbólicas "arbitrárias" e "socialmente determinadas". Em Bourdieu, "os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social" (BOURDIEU, 1989, p. 9). As produções simbólicas exercem então função instrumentalista de comunicação e, para fazerem sentido, devem ser reconhecidas e compreendidas por aqueles que estão sujeitos a elas.

Em Bourdieu, o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes. Os atores sociais lutam pelo monopólio da produção ideológica legítima e o faz de instrumento de dominação estruturante. Tal definição por si só já estabelece a relação e o comportamento das empresas comunicação com o público, no que diz respeito a atender grupos externos e monopolizar a produção (informação) com o intuito de dominar ideologicamente.

Assim, quando trata-se de poder simbólico, compreende-se uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder. "O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)" (BOURDIEU, 1989, p. 9).

É centrado na análise de como os indivíduos incorporam a estrutura social que o

autor apresenta três conceitos: campo, *habitus* e capital. Como já foi dito, campo representa um espaço simbólico de conflito onde certas representações são legitimadas. É caracterizado por definição dos objetos de disputas, interesses do próprio campo e reconhecimento de atores sociais que têm competência apropriada (formação, *know-how*, especialidade) para tratar do tema em questão. O *habitus* é a condição de existência de um determinado campo e o produto do seu próprio funcionamento, ou seja, é interiorização de estruturas objetivas (os símbolos) para que o campo se constitua.

O número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim, de tal modo que essas práticas contribuem para a reprodução do capital possuído. Isto porque essas ações têm por princípio o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando, nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução. (BOURDIEU, 1989, 386-387)

Habitus é a capacidade dos pensamentos e das ações dos indivíduos de incorporar determinada estrutura social. No campo jornalístico, os agentes possuem uma visão de mundo compartilhada sobre as impressões daquele universo. O *habitus* jornalístico se molda através da prática da crítica interna e da busca pelo chamado “bom jornalismo”; e, além disso, essa crítica ao jornalismo é uma garantia de independência do campo (BARROS FILHO e MARTINO, 2003). O *habitus* político, por sua vez, pressupõe uma aprendizagem específica como teorias, problemas, tradições etc., produzida, acumulada e repassada no exercício da política.

Já o capital representa o acúmulo de forças que o indivíduo pode alcançar no campo. Pode-se chamar de capital simbólico, pois denota prestígio ou honra e permite identificar os agentes no espaço social. Vem da concepção marxista, mas não se limita ao acúmulo de bens e riquezas econômicas; trata-se de todo e qualquer recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. No Jornalismo, observamos a hierarquia dos profissionais nas redações, seja na disputa por cargos (na linha corporativa, pressupõe-se que o editor acumula mais capital do que o repórter) ou na experiência adquirida pelo tempo de exercício da profissão (um jornalista que atua há 40 anos tem mais capital social do que o recém ingresso no veículo). E cada um carrega o capital simbólico referente à sua respectiva função dentro da empresa noticiosa. Tal condição perpetua-se por todos as empresas de jornalismo torna-se uma forma própria do campo (THOMPSON, 1999).

Ressalta-se que capital econômico (renda, salários, imóveis), capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação) são construções bourdianas. Seguindo a lógica, o capital político é uma forma de capital simbólico dependente da relação de confiança com os cidadãos e do reconhecimento destes e que coloca em questão a trajetória dos agentes políticos, suas ações, postura, oratória etc em relação aos demais agentes do setor. Além disso, os políticos e os governos precisam lidar com a imagem pública interna, pois dependem dos votos e da concepção positiva dos eleitores, e com a imagem pública externa, para que o Estado mantenha uma boa referência no mercado internacional e tais imagens são reflexo da manutenção positiva do capital político.

A noção de capital social entrou na pesquisa científica no fim da década de 1980. Além de Bourdieu, contribuíram para a questão (de forma polissêmica) os teóricos Coleman e Putnam, por exemplo. Para este último, *capital físico* refere-se a ferramentas e equipamentos; *capital humano*, a treino e habilidades. *Capital social* seria então alguns aspectos da organização social que facilitam a coordenação e a cooperação dos indivíduos, proporcionando-lhes benefícios mútuos (GOMES; MAIA, 2008, p. 223). Os principais aspectos para verificação do capital social, segundo Putnam, são a rede de relações (*networks*), confiança recíproca (*trust*) e normas (*norms*) ou princípios socialmente compartilhados que refletem valores benéficos à cooperação. Desta forma, é um bem coletivo que existe para o benefício coletivo e individual, mas não uma propriedade privada para o gozo particular daquele que o possuiria privadamente (PUTNAM, 1993, p.4), como no caso do capital econômico.

1.5 As relações entre o campo do jornalismo e o campo político

Desde as revoluções burguesas do século XVIII, o Jornalismo esforça-se para estabelecer o discurso de autolegitimação diante da esfera civil na busca pela representação dos interesses dos cidadãos e na vigilância, desconfiança e independência da esfera política. Para Gomes (2004), parte desta posição é verdadeira. O Jornalismo Político mantém hostilidade com a política, mas faz parte da espetacularização midiática sobre os agentes políticos para angariar audiência. "E se o jornalismo busca desqualificar as encenações protagonizadas pelos atores políticos é porque ele mesmo quer controlar o espetáculo cotidiano da política" (GOMES, 2004, p. 286).

Isso intensificou-se com a autonomia da indústria da comunicação e da indústria cultural que fez o Jornalismo passar por transformações profundas. Antes, reduzido a um instrumento entre sociedade e política, é visto agora, com os avanços tecnológicos e novas apropriações, como uma instituição social produtora de efeitos diversos e de domínio reconhecidos pelos atores sociais.

A partir da década de 1970, a comunicação toma centralidade na vida social. Para exemplificar o fenômeno, é necessário mencionar a grande quantidade de publicações sobre comunicação e política entre 1980 e 1990, que fez a área acumular pesquisas de diversas vertentes e bases, tornando impossível catalogar a produção (Gomes, 2004). Pouco a pouco, Comunicação e Política tornam-se tema central de interesse de filósofos, sociólogos, comunicólogos e políticos, trazendo à área um teor interdisciplinar.

A relação entre comunicação de massa e processos políticos democráticos é objeto de autores como Keane (1991), Gunther e Mughan (2000), Putnam (2000) e Street (2001), todos no âmbito internacional. No Brasil, a pesquisa de Comunicação e Política limitou-se por um bom tempo aos estudos conhecidos como "mídia e eleições". Atualmente, "política e novas tecnologias" e "comunicação e democracia" são vertentes que estão ganhando espaço na área.

Na concepção de Gomes (2004), é desta maneira que o Jornalismo pode ser compreendido como um sistema social voltado para a produção de informações atuais, sendo um espaço social onde controla-se e distribui-se valores específicos em função de como as práticas e representações se ordenam no sistema. Para cumprir o papel como instituição social, observa-se a chamada autoridade jornalística e a qualificação do conteúdo. As notícias podem provocar efeitos cognitivos de longo prazo no conhecimento de senso comum e na concepção estrutural das representações sociais. Em outras palavras, contribui para a construção social da realidade, com um papel fundamental na modificação ou manutenção de seus elementos. Motta (2008), explica:

As narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações [*dos jornalistas*] em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões [*dos jornalistas*]. Narrativas e narrações são forma

de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. (MOTTA, 2008, p. 03)

Para ser considerado campo, o Jornalismo determina quais são os propósitos dos jornalistas, como também, seus problemas, estratégias e métodos. Gomes (2004) destaca que ao referir-se a tal sistema como "meio" de comunicação enfraquece o campo, pois limita a instituição de comunicação a um dispositivo que faz o intermédio entre sociedade e política. Assim, o papel do Jornalismo vai além da mediação entre a esfera civil e os agentes políticos. Trata-se também da percepção da atuação de diversas instituições e de seus integrantes. É na cobertura jornalística que o cidadão comum sabe o que ocorre no universo político; é por meio da visibilidade.

"Todos os elementos internos dessa zona de interface entre comunicação e política, constitui a política midiática" (Gomes, 2004, p. 109). Os campos da política, comunicação de massa e economia interagem e tornam-se interdependentes. Os três domínios e suas relações conflitantes levam a um sistema de relações que dão prática à política midiática, a qual realiza-se na cena pública política. Pode-se considerar assim a política midiática como uma política em cena para a cena, mas os interesses e recursos utilizados pelos domínios da política, da comunicação de massa e da esfera econômica privada estão fora de cena.

A cobertura política do noticiário tem características peculiares, especialmente, pela forma através da qual os produtos jornalísticos são formatados. O Jornalismo tem atuação partidária, independentemente de alinhamento político-partidário, embora as empresas afirmem o contrário e se utilizem de variadas estratégias para tentarem mostrar-se imparciais e objetivas (MONT'ALVERNE, 2016, p. 21).

É o Jornalismo que controla um dos recursos mais importantes para a política midiática: esfera de visibilidade pública, que alcança toda a sociedade. A esfera de visibilidade pública consiste em tudo aquilo que está posto no horizonte da realidade. Assim, a cena pública é construída por os agentes de comunicação, que selecionam aquilo que pode, de fato, existir para a audiência. Para a esfera política, é importante a exibição na esfera pública, pois é por meio dela que os políticos podem alcançar eleitores. Os jornalistas, especificamente, têm maior autonomia nessa questão:

Eles cumprem funções políticas importantes, que a literatura sobre a questão já descreveu: desempenham papel crucial na formação da agenda pública, contribuem para a disseminação de determinados enquadramentos dessas mesmas questões, contribuem para a produção do capital político, absorvem funções de expressão de demandas públicas que antes pertenciam aos partidos. Mas o campo político não é o objeto passivo de um agente que o influencia. Ele impõe limites à ação da mídia e também age sobre ela, tanto com seus recursos específicos (legislativos e administrativos) quanto por sua capacidade superior de determinar qual é o espaço da política. (MIGUEL, 2003, p. 120)

Há um funcionamento sistemático dos domínios dessas esferas como um jogo de encaixes. Na política, o recurso fundamental é o próprio poder político, sendo a capacidade de influenciar decisões e de realizar algo. Então a política se realiza no gerenciamento da coisa pública (Governo) e a produção de leis (Legislativo).

O mundo da política tenta angariar do mundo dos negócios recursos financeiros usando o cacife eleitoral provocado por uma superexposição midiática (pesquisa de opinião) e agentes e grupos na arena política. O sistema econômico tende a subsidiar a campanha daqueles candidatos mais promissores, bem como aqueles que têm ideais em comum. Em troca, recebe barganha a exemplo de cargos parlamentares. Por sua vez, a comunicação troca notícia por publicidade e vantagens editoriais por recursos financeiros. A parceria entre comunicação de massa e anunciantes é estratégia positiva para ambos. O interesse do anunciante tem muito valor na organização e manutenção da empresa jornalística. No Brasil, essas trocas de benefícios são frutos de processos históricos e culturais na nossa democracia, que de tão enraizados, reproduzem-se naturalmente e perpetuam-se entre as relações das esferas política, econômica e comunicacional.

1.6 Escândalos Político-Midiáticos

Ao longo do século XX, o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o campo político. A comunicação de massa passou a ampliar o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, reestabelecendo as relações entre mídia e política. O próprio conceito de comunicação é intrínseco à democracia, uma vez que a necessidade de consenso para o bem estar comum relaciona-se com o acúmulo de opiniões mensuráveis que permitem não só novos votos, mas também manutenção de programas políticos e econômicos. Habermas (1984) reconhece a contribuição da comunicação de

massa para a deliberação pública e, por consequência, para a democracia.

De acordo com Weber (2000), o poder de representação das mídias pode ser equiparado ao poder da própria política. A questão da representatividade abrange e associa o público à política, o privado às paixões, colocando em turbulência as esferas pública e privada. É o que Thompson (2000) apresenta na teoria do escândalo político midiático quando discute a transformação da visibilidade. Ao mesmo tempo em que os atores políticos podem usufruir da comunicação para acumular capital social, ampliar o espectro de eleitores, emplacar agenda positiva, realizar publicidade etc., eles se tornam mais frágeis e vulneráveis, já que cultivaram uma imagem pública, e por público entende-se tudo aquilo que pode ser captado e difundido pelos meios de comunicação. Desta forma, a espetacularização política entrelaça-se à criação do escândalo midiático político.

A atividade política depende da construção de imagens positivas paracircular em de modo assertivo no mundo político e no jornalismo político. As decisões e desacordos do jogo político são pensados publicamente para a construção de uma imagem, o que gera disputa de espaço entre os atores do campo político na esfera de visibilidade. A imagem pública é então, um conceito apoiado e construído sobre mecanismos enunciativos linguísticos.

A política de imagem é um dos fenômenos contemporâneos mais característicos da atualidade: *status*, posições relativas e valores sociais, por exemplo, são apresentados a partir da imagem pública. Tais construções são apresentadas ao universo do espetáculo, empresarial, noticioso e da política. Em todos os casos, é possível usar o termo "imagem" para falar de algo que não é propriamente uma imagem, mas que partilha de algum elemento em comum; a capacidade de representar algo. (GOMES, 2004).

Os campos jornalístico e político relacionam-se de forma a realizar trocas de interesses particulares. Os políticos, inseridos na vida social e pública, contam com a manutenção do próprio capital social ser usado para o bem ou para o mal. O risco de matéria negativa é natural para quem aceita fazer parte integralmente da esfera de visibilidade.

Uma vez na agenda pública, os atores que compõem a problemática (políticos, jornalistas, judiciário etc.) têm peso importante nos rumos de um escândalo e este só pode manter-se na agenda pública enquanto a mídia ocupar-se intensamente dele, seja através de novas denúncias, a entrada em cena de uma testemunha, a introdução de novos fatos produzidos pelo jornalismo investigativo ou mesmo pela simples reprodução das declarações dos agentes envolvidos (acusadores e denunciados) e da cobertura da repercussão do caso. Assim, o tempo que cada escândalo mantém-se na atenção pública depende da sua visibilidade na mídia e os danos (e favorecimentos políticos) que produzem variam de acordo com a gravidade das acusações e do enquadramento dominante adotado na cobertura da mídia (AZEVEDO, 2010).

Para dar conta desta especificidade, o sociólogo da Universidade de Cambridge, John B. Thompson, propôs a Teoria dos Escândalos no intuito de desenvolver uma explicação analítica do escândalo político dentro de uma teoria social. Ele elenca fatores que fazem do escândalo político um acontecimento contemporâneo devido aos avanços do sistema de comunicação de massa.

O escândalo político é composto de “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2000, p. 245). Assim, a gerência da reputação dos atores políticos depende de três fatores: visibilidade, política da confiança e legitimação do poder simbólico.

O papel central da mídia na contemporaneidade alterou as formas de interação na vida social e política, transformando-as e redefinindo as relações entre vida pública e vida privada. Visibilidade tornou-se peça fundamental na era da comunicação de massa. Os políticos recorrem à mídia para destacar os próprios posicionamentos e ações, mas também têm os próprios deslizes e equívocos ampliados partir da exposição midiática.

Para tratar de escândalo político, é necessário deter atenção ao conceito do primeiro elemento. A palavra "escândalo" popularizou-se a partir do século XVI na Europa, mas foi usada primeiramente em contexto religioso na Grécia Antiga. Atualmente, adquiriu uma conotação adicional e importante: o uso é atribuído a qualidades desonrosas de ações, eventos ou circunstâncias e a condutas que ofendem sentimentos morais e o senso de decência. (THOMPSON, 2000, p. 2). O escândalo envolve algum tipo de transgressão, mas deve-se considerar a diversidade, a cultura, os

valores, as normas e a moral da comunidade para designar o descumprimento de uma regra. Um escândalo se refere às ações ou acontecimentos que implicam transgressões de valores, normas ou códigos morais que, revelados, motivam reações e respostas públicas (THOMPSON, 2000).

No contexto da política, os escândalos são comumente associados à prática de corrupção e suborno. Hoje, a noção de corrupção envolve o infringimento de regras propostas no exercício público do poder e a perversão ou enfraquecimento dos padrões de integridade associada a um cargo público. O suborno, praticado ao longo da antiguidade, é muito mais usado nas relações políticas atuais. É caracterizado como uma forma de corrupção, assumindo uma ação e um comportamento de representação pervertida nas relações de poder. Frequentemente, escândalos e corrupção são confundidos, porém são fenômenos distintos. A corrupção pode transformar-se em um escândalo e este, por sua vez, configura-se com estágios de desenvolvimento: revelação, publicação, defesa, dramatização, julgamento e rotulação (SHERMAN, 1978). Nas sociedades em que os valores morais e religiosos são pungentes, os escândalos sexuais também podem ser alvo de reações públicas.

Escândalos não são novidade. De um lado, na política, os acontecimentos deste gênero acompanharam o desenvolvimento das sociedades modernas. De outro, eles só ganham publicização a partir da explosão da comunicação de massa. A conexão entre os escândalos e a mídia se dá por meio da exposição daqueles dentro e através da mídia. Os escândalos políticos (agora midiáticos) passam a compor a formação da opinião pública e os critérios de representação das sociedades. Além disso, os escândalos políticos midiáticos se caracterizam não só pelo fato de serem explorados pelas empresas jornalísticas, mas por envolverem dimensões de espaço e tempo diferenciadas; adquirem proporção nacional e até global. Os jornalistas também se valem do interesse público e do papel de vigilante para vender notícia. É assim que o jornalismo investigativo ganha expansão.

O termo escândalo político é entendido como uma revelação trazida a público através da mídia seja de ato, procedimento ou atividade que transgridem a normas, valores, leis ou obrigações antes ocultos.

Trata-se não meramente da divulgação de um segredo, mas desta divulgação configurada como um evento midiático, no qual não só o

ato em si, mas o conjunto dos comentários reprovadores, imagens acusatórias, fotos comprometedoras e manchetes dramáticas veiculadas passam a ser parte constitutiva do próprio escândalo. (SILVA, 2008, p. 2)

Assim, os escândalos políticos são prejudiciais àqueles que buscam acumular poder simbólico (composto por reputação e confiança), pois atinge diretamente o capital simbólico dos representantes políticos. Sobre o aspecto da revelação de um conteúdo, anos antes, Bobbio já formulava o conceito de *escândalo público*, que se assemelha a proposta de Thompson na seguinte formulação:

O momento em que nasce o escândalo é o momento em que se torna público um ato ou uma série de atos até então mantidos em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos, pois, caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados. (BOBBIO apud PÁDUA, 2009)

O cientista político Sánchez (1994) acrescenta a ideia de que a resposta social de um escândalo é uma forma dos cidadãos controlarem o comportamento dos seus membros e representantes. Tal percepção dá continuidade na linha de pensamento de Thompson, como é posto:

O termo *escândalo* é empregado na linguagem cotidiana com duas acepções diferentes. Por um lado, ele é utilizado para qualificar determinadas condutas desviantes da norma. Por outro lado, com o termo *escândalo* nos referimos também a reação social provocada pelo conhecimento público de uma conduta qualificada como imprópria. Assim, por exemplo, a expressão *o escândalo do financiamento ilegal dos partidos* pode ser utilizada para se referir tanto as práticas de financiamento ilegal como a indignação social produzida pelo conhecimento público de tais práticas. Neste sentido, o escândalo como reação pública negativa a uma transgressão constitui-se em uma forma de controle social, ou seja, um dos meios através dos quais uma sociedade regula a si mesma e coordena o comportamento de seus membros. (SÁNCHEZ apud PÁDUA, 2009)

Desta forma, os escândalos políticos, ao tornarem-se públicos, provocam a regulação social das transgressões, implicando no processo de *accountability*, na medida que sugerem constrangimento e explicação pública por parte dos transgressores. A partir disso, as instituições responsáveis pelos negócios públicos também posicionam-se e integram este processo de regulação. Além disso, Sánchez destaca que a desaprovação social atinge a confiabilidade no agente político, podendo levar ao fim sua carreira em disputas eleitorais, por exemplo. Tal estigmatização de um representante é outro dispositivo de controle social.

Percebe-se que o universo político é profundamente moldado pelos meios de comunicação. O primeiro aspecto tratado por Thompson, a visibilidade, traz benefícios e malefícios aos agentes políticos na medida em que se tornam vulneráveis à exposição midiática. Com relação à política da confiança, nas democracias liberais, é possível entendê-la como resultado do declínio dos partidos políticos e do crescimento de votantes desvinculados de partidos classistas, que escolhem agora os seus representantes de maneira mais independente.

Cada vez mais os partidos e seus líderes têm de lutar para ganhar o apoio de uma crescente parcela de eleitores não comprometidos – isto é, de eleitores cujas afiliações políticas têm menos probabilidade de passarem de uma geração a outra e que mais provavelmente irão tomar suas decisões baseados nas opções a eles oferecidas (THOMPSON apud SILVA, 2008).

No que diz respeito à legitimidade do poder simbólico, as eleições regulares pressupõem uma reafirmação periódica exercida pelos políticos, na tentativa de angariar votos (SILVA, 2008).

O Jornalismo tem a capacidade de construir a realidade ao destacar, enquadrar e desdobrar os escândalos políticos midiáticos, a exemplo do caso Lava Jato. Nesta perspectiva, Thompson (2000, p. 40) afirma que "a apresentação por meio da mídia, e o comentário da mídia, não são características secundárias ou acidentais deste tipo de escândalo: elas são parte constitutivas dele". Luhmann (2005) aborda, no mesmo raciocínio, a cobertura midiática de temas políticos como uma construção de "discurso infamante", que pode estigmatizar e julgar previamente (mesmo não sendo uma atribuição do Jornalismo) os envolvidos no caso.

Em relação aos tipos de escândalos políticos midiáticos, os político-sexuais são eventos que “envolvem a divulgação de aspectos da vida privada que transgridem as normas e códigos de conduta sexual” (THOMPSON apud SILVA, 2008). Os escândalos de poder, por sua vez, são o que o autor chama de “a forma mais pura de escândalo político”, porque envolvem transgressões justamente às regras e convenções que regem a forma autêntica de poder, o poder político. Já os escândalos financeiros na esfera política abrangem atividades que violam regras que tratam da obtenção e destinação de verbas e recursos financeiros (SILVA, 2008).

Tendo em vista o fenômeno de que a mídia opera de modo concordante com a teoria social do escândalo, um ato de corrupção configura-se em um escândalo político midiático quando tornado público pelas empresas jornalísticas. Mas é preciso ter atenção de como a mídia faz o recorte do tema, exprimindo o próprio posicionamento e dando destaque para alguns pontos em detrimento de outros, e dos métodos que utiliza para obter informação. Os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que imergem no escândalo, confundem-se eles próprios com a dinâmica dos acontecimentos, tomando para si o papel de juiz ao reunir provas e delatar culpados.

Para Azevedo (2010), no caso do Brasil, malversação de recursos, desvios de dinheiro, compra de votos, financiamento de campanhas com caixa 2, favorecimentos em licitações e apadrinhamentos no serviço público, entre outras ações do tipo, constituem as principais matérias primas dos escândalos explorados pelo nosso jornalismo. Em resumo, a corrupção e suborno político.

Os três maiores escândalos políticos da nossa história republicana recente mostram a predominância desse gênero entre nós: o suposto 'mar de lama' do 2º governo Vargas, cujo desfecho trágico foi o suicídio do Presidente; o "Collorgate" com desfecho dramático da renúncia de Collor e o "Mensalão" que atingiu em cheio o PT e o 1º governo Lula (AVEZEDO, 2010, p. 15)

Desde março de 2014, o Brasil enfrenta um outro momento de escândalo político que vem sendo explorado midiaticamente até os dias atuais. Trata-se do esquema bilionário⁹ de desvio de recursos financeiros da empresa estatal Petrobras, envolvendo partidos, políticos e empresários investigado pela Polícia Federal. O caso trouxe repercussão popular¹⁰ e no mercado internacional¹¹ e configurou uma percepção mais negativa dos agentes do campo político no país.

A operação iniciou com objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro em todo o país. O diretor de Abastecimento da

⁹ Disponível em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/03/pf-faz-operacao-para-combater-crime-de-lavagem-de-dinheiro-em-7-estados.html>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹⁰ Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/03/confira-manifestacoes-de-13-de-marco-pelo-brasil>>, em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/68-apoiam-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa-datafolha.html>> e <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/10-aprovam-governo-dilma-e-69-desaprovam-diz-ibope.html>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹¹ Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,dolar-tem-forte-queda-com-noticias-sobre-lula-como-alvo-da-pf,10000019500>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

Petrobras entre 2004 e 2012, Paulo Roberto Costa, e o doleiro Alberto Youssef foram os primeiros a serem presos e condenados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. O ex-diretor firmou o primeiro acordo de delação premiada e passou a contribuir com a investigação¹².

Assim, a Lava Jato, nome dado à operação, repercutiu no noticiário, fazendo a imprensa nacional trabalhar na atualização diária de notícias sobre a investigação e agitar a opinião pública. O escândalo e seus desdobramentos depreciaram não só a imagem pública de Dilma Rouseff (presidente afastada¹³ por abertura de processo de *impeachment* em paralelo às investigações) e do PT, mas coloca em xeque o capital social de toda a classe política, uma vez que há cerca de 59 inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal contra agentes políticos do governo, da oposição e da base aliada, todos envolvidos no caso de corrupção sistematizada, e inúmeros outros nomes citados em delações premiadas¹⁴.

Um dos complicadores para o PT foi a prisão de João Vaccari Neto, tesoureiro do partido, preso na 12ª etapa da investigação acusado de ser um dos operadores do esquema de corrupção na estatal¹⁵. A prisão piorou a a imagem do governo e levantou suspeitas sobre o uso do dinheiro indevido na campanha de Dilma Rousseff para a reeleição à Presidência da República em 2014¹⁶.

Outro ponto de tensão no desenrolar da Lava Jato é a operação intitulada Alethéia, em sua 24ª fase, que conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula a depor sobre o possível favorecimento do pecuarista José Carlos Bumlai e de empreiteiras por meio de um sítio e um triplex. A ação foi expedida pelo juiz Sérgio Moro, responsável por comandar em primeira instância os crimes identificados na Lava Jato, e foi bastante

¹² Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/eu-era-o-dono-do-orcamento-afirma-paulo-roberto-costa/>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹³ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-afastada-da-presidencia-por-55-votos-favor-22-contra-19286831>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹⁴ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/134-politicos-com-foro-privilegiado-estao-na-mira-da-lava-jato/>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹⁵ Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/18/vaccari-ex-tesoureiro-do-pt-e-condenado-a-9-anos-de-prisao-por-corrupcao.htm>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹⁶ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/campanha-de-dilma-recebeu-31-milhoes-do-caixa-do-pt-administrado-por-vaccari-15901713>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

criticada por parecer antecipar a responsabilidade criminal do ex-presidente¹⁷. O acontecimento levou às ruas as maiores manifestações contra a gestão do PT na Presidência até então¹⁸.

Como no caso Lava Jato, muitas vezes não só a figura central de um escândalo político tem sua reputação prejudicada e sua carreira (ou mesmo vida pessoal) arruinada. Os danos podem se estender a outras pessoas implicadas em menor grau, ou mesmo instituições ou organizações políticas com as quais essas pessoas estiveram ligadas (SILVA, 2008).

Neste capítulo, apontou-se o desenvolvimento do Jornalismo inserido na era da comunicação de massa e as mudanças na produção da notícia ao longo do tempo. Além disso, a relação entre o campo do jornalismo e o campo político foi tratada para identificar ambos os campos sociais como instituições mais ou menos autônomas entre si, identificando seus conflitos e tensões. Ponderou-se o papel estratégico da mídia no controle da esfera da visibilidade pública que diz respeito aos assuntos de relevância social e às construções das imagens dos agentes políticos. No que refere-se ao Brasil, fez-se um breve levantamento do modelo de mídia do país que apontou para suas lacunas e problemáticas, caracterizando-o. Por fim, destacou-se a atuação das empresas e dos jornalistas em situações de escândalo político, uma vez que a disputa por visibilidade e espaço nas manchetes traz vulnerabilidade aos atores políticos diante da exposição midiática. No próximo capítulo é possível compreender a função dos *media*, a partir de uma revisão de literatura sobre Teorias do Jornalismo, na seleção daquilo que merece ser posto na esfera de visibilidade e em que medida eles constroem a realidade, bem como quais métodos utilizam para tal, a exemplo dos conceitos de *framing*, *agenda setting*, *gatekeeper*, integrantes da discussão a ser verificada no capítulo seguinte.

¹⁷ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746437-conducao-coercitiva-de-lula-foi-decida-para-evitar-tumulto-diz-moro.shtml>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

¹⁸ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

2 CONSTRUINDO A REALIDADE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS TEORIAS DO JORNALISMO

2.1 Teorias do Jornalismo: uma breve contextualização

A delimitação das fronteiras do Jornalismo enquanto prática profissional, ciência e campo social estruturou o contexto da renovação dos estudos sobre a área, que se iniciou na década de 1980 e se aprofundou na segunda metade da década seguinte. Nesse contexto, surge o conjunto de ideias que formam as Teorias do Jornalismo, uma vez que as Teorias da Comunicação já não eram mais suficientes para dar suporte aos fenômenos do meio jornalístico.

A valorização do discurso científico, neutro, objetivo, imparcial, a expansão da indústria de comunicação de massa e a autonomia do campo do jornalismo passaram a configurar o *ethos* da profissão. Novas grandezas foram agregadas à questão. "A independência e autonomia é indispensável para garantir outro valor essencial dos jornalistas: a credibilidade" (TRAQUINA, p. 132). Outro ponto central é a associação com a verdade e a liberdade. Mas nenhum valor foi objeto de discussão como a objetividade, que nasceu no século XX, trazendo na base a atenção redobrada aos fatos opiniões em detrimento a opiniões.

O ideal da objetividade é importante para a deontologia desse campo profissional, para a definição do discurso e das rotinas jornalísticas e para a legitimação de discursos (fragmentos de realidade) no Jornalismo.

Segundo Biroli e Miguel (2012), a compreensão do Jornalismo como um conjunto de procedimentos capaz de produzir um espelho da realidade já foi objeto de muitas críticas e pode ser vista como uma posição ingênua. Ainda assim, a objetividade é um valor que permite avaliar as práticas jornalísticas. As marcas textuais funcionam como índice de objetividade e imparcialidade, tornando-se um dos pilares de sustentação da confiabilidade de um veículo. "É como um ideal, e não como uma realidade de fato, que a objetividade orientaria as práticas jornalísticas" (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 27).

No Brasil, o campo de estudos reconhecido como Teorias do Jornalismo chegou ainda mais tarde ao passo do atraso da criação das universidades e do ensino formal da área. O ensino brasileiro de comunicação começou nos anos 1940, com as habilitações

de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Editoração (Adghirni, 2006). Duas décadas depois, propagado pela Unesco no período pós-guerra, os estudos de comunicação social chegaram ao Brasil em 1960, quando foram introduzidos currículos mínimos obrigatórios das universidades. Ao contrário do que aconteceu em outros países, no Brasil, a nova disciplina não significou uma “perda de objeto de estudo”. Pelo contrário, "o jornalismo tornou-se uma sub-área acadêmica localizada no campo das ciências da comunicação" (ADGHIRNI, 2006, p. 59). Também não perdeu a identidade na nova área, e, apesar de passar por crises de legitimação e acomodação ao novo contexto, preservou a vitalidade como área de produção acadêmica (ADGHIRNI apud MEDITSCH, 2006). Tal percepção comprova a necessidade do Jornalismo de estabelecer delimitações claras do seu campo para legitimar-se enquanto instituição social.

Além disso, a partir de 1970, um novo paradigma surge dentro da investigação acadêmica: o Jornalismo agente na construção da realidade (PENA, 2005; TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1972; BERGER E LUCKMAN, 1971; SCHLESINGER, 1978). A questão ideológica que fincava espaço no âmago do Jornalismo sobre as notícias refletirem a realidade é deixada para trás com as teorias construtivistas, que dão ênfase no modo de produção e rotinas.

Para Traquina (2005), entre os fatores que concebem as teorias construtivistas, está o fato de que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (ALTHEIDE, 1976), as limitações orçamentárias (EPSTEIN, 1973), a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (TUCHMAN, 1978). Isso não significa que a partir daí, as notícias devem ser tomadas como ficção, mas que a informação traz consigo cargas subjetivadas de conteúdo. Motta *et al* (2004) acrescenta:

A mediação da realidade desempenhada pelo Jornalismo emprega impressões reveladoras não apenas das intenções ideologicamente direcionadas, mas elementos antropológicos como crenças, valores, desejos, éticas, morais e diversas outras nuances que fazem parte da cultura onde estão inseridos todos os membros deste processo de mediação. (MOTTA *et al*, 2004, p. 35)

Todos os elementos apresentados tornam os enquadramentos, de recorte em recorte, o posicionamento das empresas de comunicação sobre um dado tema, o que mostra a fragilidade do conceito de objetividade na produção da notícia. *Framing* envolve seleção e saliência. "Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito". (ENTMAN, 1994, p. 294)

Outro fator que coloca o Jornalismo como interlocutor ativo nos assuntos de interesse público é o caráter de formador de opinião que o próprio campo midiático barganha como atribuição. Na medida em que a defesa da democracia é mais considerada como construção de um patrimônio comum - com base na participação do indivíduo nos assuntos de interesse público oriundos do Estado - do que como vontade popular ou obediência às "regras do jogo", é possível compreender o papel de "formador de opinião" que a imprensa brasileira utiliza para se firmar como instituição. "Ou, dito de modo cínico, a preservação da democracia é um assunto sério demais para ser deixado ao 'acaso' das decisões populares; a responsabilidade pelo problema deve caber fundamentalmente, então, a elites qualificadas para lidar com ele" (ALBUQUERQUE, 1999, p. 38). A imprensa brasileira se relaciona com o sistema de divisão de poderes em geral e com os três poderes tal qual a americana, como um "quarto poder", porém traz uma característica peculiar:

Mais que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública. Por de trás do discurso americano sobre o quarto poder, e de modo não necessariamente consciente, esconde-se um modelo inteiramente distinto acerca do seu propósito, o modelo caracteristicamente brasileiro do poder moderador. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 43)

Para superar esta questão, a concepção construcionista do Jornalismo surge da sociologia do conhecimento e da compreensão de que a própria realidade é construída socialmente (BERGER; LUCKMANN apud MONT'ALVERNE, 2016). Desta forma, entende-se que o Jornalismo influencia posições, legitima ações, destaca perspectivas, evidencia atores e seleciona pautas em detrimento de outras.

É necessário fazer um adendo sobre tais questões construcionistas no jornalismo

de revista, já que trata-se da especificidade do trabalho. Ao tentar definir este formato de jornalismo impresso, compreende-se que "uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento", destaca Marília Scalzo (2003, p. 11-12), acrescentando que tais definições são assertivas, mas ainda não abrangem totalmente a dinâmica entre revista e leitor.

Tavares (2011) cita Quesada e Pérez (1998) para caracterizar: "Na revista há a possibilidade de tratar certas temáticas de maneira elaborada – o que não significa apenas profunda – daquela de outros “jornalisms” impressos. Mais que isso, na revista encontra-se associada, de forma intrínseca, uma tríplice estrutura proposta para a especialização periodística: meio, audiência e tema" (p. 158).

O texto jornalístico carrega em si especificidades. No decorrer dos anos de 1980 e 1990, "percebe-se uma padronização do estilo jornalístico que, se por um lado determina a predominância da técnica, por outro mostra a necessidade de retomada de um gênero há tempos esquecido ou propositalmente colocado em segundo plano: a reportagem." (VILAS BOAS, 1996, p. 07). Neste período, o gênero reportagem perdia espaço nos jornais e redescobria o um caminho alternativo nas revistas. Assim, as revistas passaram a participar do processo de narração da realidade com opinião, interpretação, análise e aprofundamento. "Surgem daí, nesses mesmos anos 80 e 90, bons momentos em revistas como *Veja e Isto É* (VILAS BOAS, 1996, p. 07).

É neste ponto que o jornalismo de revista deve ter atenção: até que ponto os traços de opinião do texto de revista enquadram os acontecimentos? Isto pode gerar problemas no que tange a credibilidade. A relação entre o que os interlocutores narram e o que o público recebe é amparado nos princípios deontológicos do Jornalismo como compromisso com a verdade, divulgação de informações de interesse público, competência na apuração das informações etc., características inerentes ao que se espera de um jornalista (BENETTI apud BERTASSO, 2011). Tal relação estabelece o chamado "bom jornalismo" ao leitor e cabe no formato revista. Sobre o aspecto da revista semanal, categoria a qual pertence a *Isto É*, Vilas Boas (1996) acrescenta:

A revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão. Além de visualmente mais

sofisticada, outro fator a diferencia sobremaneira do jornal: o texto. Com mais tempo para extrapolações analíticas do fato, as revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário. A reportagem interpretativa é o forte (VILAS LOBOS, 1996, p. 09).

As revistas nasceram sob o signo da diversão, mas, historicamente, ajudaram no complemento da educação dos consumidores que buscavam informação específica e não podiam dedicar-se aos livros. O caráter de aprofundamento dos assuntos, segmentação e serviço utilitário deram o sentido educativo do produto. Enquanto jornais nascem com a marca explícita da política com a informação clássica (notícias quentes), as revistas tratam de informação pessoal, analítica e opinativa para ajudar o leitor em sua vida prática (SCALZO, 2003).

Apesar de ambos serem produções impressas, Scalzo (2003) aponta que a revista se diferencia do jornal pelas seguintes questões: 1) há uma aproximação entre quem interlocutor e público, seja por construção textual ou por espaços como o serviço de atendimento ao leitor e pesquisas de opinião, 2) o formato da revista facilita o transporte e o manuseio, não suja as mãos, potencializa a qualidade da leitura pela qualidade de papel e impressão, 3) a periodicidade das revistas (semanais, quinzenais, mensais) modifica o tempo e o formato da notícia. Para o leitor continuar interessado no acontecimento que já foi dado pelo jornal, as revistas apostam em aprofundamento dos assuntos, análises, formas diferenciadas de rever os temas.

Por ser um produto que nasceu da indústria cultural, a revista tem um viés comercial muito evidente. Ela parte não apenas do interesse público, mas enfatiza o *interesse do público* para noticiar. O caráter privado que rege a produção de uma revista, sua segmentação e público-alvo, aponta para uma publicação conotativa, opinativa, literária e até sensacionalista, e levanta discussão sobre credibilidade do texto jornalístico. Até que ponto são independentes dos anunciantes, dos assinantes e dos pontos de vista e subjetividade dos jornalistas? É desta forma que a revista também constrói a realidade social a partir de enquadramentos, bem como o jornal e demais suportes midiáticos. Scalzo (2003) ainda destaca sobre os métodos e práticas jornalísticas em revista:

A qualidade da informação que uma revista fornece a seu leitor nem sempre é evidente por si só. É claro que, se o leitor já estabeleceu uma

relação de confiança com a publicação, vai acreditar no que ela diz e na qualidade de suas fontes. Mas é também dever do jornalista indicar da forma mais clara possível a origem das informações, para que cada leitor avalie sua importância e credibilidade. Várias revistas, por não trabalharem com notícias, no sentido clássico da palavra, acabam abandonando os procedimentos básicos do jornalismo. (SCALZO, 2003, p. 81)

2.2 Como *Framing* e *Agenda Setting* atuam na formação da opinião pública

Segundo Maia (2009), há décadas, uma extensa literatura vem evidenciando que as instituições dos *media* operam segundo certas características organizacionais, rotinas e lógicas que sistematicamente favorecem certos tipos de informação e filtram outros (TUCHMAN, 1978; GITLIN, 1980; DAHLGREN; SPARKS, 1993; SCHUDSON, 1995; HALLIN; MANCINI, 2004).

Os jornalistas escolhem quem merece ser pautado, se torna fonte e que tipo de cobertura (positiva ou negativa) será conduzida nas notícias; "eles editam e conferem proeminência diferenciada às vozes dos atores sociais, hierarquizam discursos em seus textos e, assim, enquadram sentidos" (MAIA, 2009, p. 304)

"A seletividade, em si mesma, não leva automaticamente ao viés" (COOK, 2011, p. 206). Isso ocorre quando, corriqueiramente, certos atores, partidos políticos e questões receberem cobertura recorrente, maior ou favorável que outros. É necessário ressaltar que quando um ator político recebe cobertura ampliada não significa que o veículo de comunicação é tendencioso. As rotinas jornalísticas fazem os repórteres manterem relações pré-estabelecidas com as fontes, isto é; algumas fontes viram referência para dados assuntos e portanto, os jornalistas buscam criar suas narrativas a partir do argumento de autoridade daquela fonte disponível e orientadora da temática.

Alguns agentes políticos, caso de Presidentes e de outras autoridades, contam com uma visibilidade quase espontânea oferecida pelo cargo ocupado. A importância da posição ocupada, junto aos critérios de produção jornalística, faz com que certas autoridades estejam sempre em foco – até mesmo quando, devido à visibilidade negativa, seria mais vantajoso, para elas, saírem de cena (MONT'ALVERNE, 2016, p. 12). É o caso da operação Lava Jato, que coloca no centro das atenções a presidente da República Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. Em relação aos agentes políticos, a visibilidade oferecida pela comunicação de massa é algo fundamental para o sucesso das

carreiras (GOMES, 2004). Por isso, os agentes políticos são obrigados a estar atentos à lógica do Jornalismo, tendo em vista pautas positivas e boa reputação na esfera pública.

Ainda assim, o Jornalismo é um agente a construir a realidade ao dar espaço de ser conhecido e narrar os acontecimentos. Desta forma, "deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos" (COOK, 2005, p. 203). Para Motta *et al* (2004), "o discurso jornalístico mostra-se permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pelo que evidencia quanto pelo que insinua, sugere ou oculta" (MOTTA *et al*, 2004, p. 33). "Assim, as notícias narram não apenas fatos historicamente localizados, mas constroem a realidade social resignificando-a mediante elementos elementos presentes no universo cultural" (MOTTA *et al*, 2004, p. 34).

As limitações do paradigma da objetividade têm sido reconhecidas ao longo das pesquisas em Jornalismo e os autores passaram aceitar o conceito de enquadramento (*framing*) como alternativa de superar a deficiência da Teoria do Espelho¹⁹ e avançar no suporte teórico que desse conta dos fenômenos do Jornalismo.

Quando o processo de produção da informação é realizado, uma série de escolhas está por trás. É necessário selecionar aquelas relevantes de acordo como os critérios de noticiabilidade. Tais escolhas são os portões (*gates*) por onde passa a notícia até chegar ao leitor. Assim, o jornalista torna-se o chamado *gatekeeper*, aquele que tomam as decisões sobre a circulação da informação ou não. Segundo Wolf (2003), o *gatekeeper* é um sujeito ou grupo que, dentro de uma estrutura hierarquizada de um veículo de comunicação, tem o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação.

A teoria do *gatekeeper* surgiu em 1950 e é aceita até hoje, apesar de algumas ressalvas: 1) as notícias são analisadas apenas do ponto de vista de quem as produz, 2) as forças internas que regem a redação são dispensadas, a exemplo da própria hierarquia na organização, 3) a seleção minimiza outros fatores importantes da produção de notícia, limitando a compreensão deste processo. (TRAQUINA, 2005; WOLF, 2003).

¹⁹ Segundo Traquina (2005), é a primeira teoria oferecida para explicar porque as notícias são como são. É baseada na própria ideologia profissional que traz a noção do jornalista como o porta-voz da verdade, quem vai apresentar a realidade bem como ela é, de modo objeto, imparcial e neutro diante do compromisso de guardião dos cidadãos.

O protagonismo do jornalista na decisão sobre a publicização da notícia é mesclado com valor-notícia e os critérios de noticiabilidade. Wolf (2003) define os valores-notícia como grupos de elementos por meio dos quais o campo midiático controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que serão selecionados para se tornarem notícias. Diversos autores apresentam uma seleção de valores-notícia, mais ou menos coincidentes. (SAAD, 2003; TRAQUINA, 2003; TRAQUINA, 2005; WOLF, 2003; LUHMANN apud DANTAS; GOMES, 2008)

Wolf considera critérios como conteúdo, interesse, importância, exclusividade, concorrência, cobertura, unidade, público e produto os denifidores básicos para uma notícia merecer circular, mas tais fatores podem variar de acordo com a perspectiva da corrente dos autores (TRAQUINA, 2005; LUHMANN, 2005).

Quando o papel de *gatekeeper* e os critérios de noticiabilidade são somados à noção de *agenda-setting*, percebe-se quantas variáveis perpassam a rotina da profissão. A hipótese da *agenda-setting* foi desenvolvida na década de 1970 por pesquisadores norte-americanos interessados em compreender os efeitos cognitivos da comunicação de massas. A hipótese pode ser entendida no seguinte conceito:

Defende a idéia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar. (PENA apud FRANÇA; FERRAGINI, 2012)

Lippmann, na obra *Public Opinion*, já defendia que os meios de comunicação de massa podiam influenciar as pessoas, considerando a hierarquização de temas relevantes e posicionamentos ideológicos que ajudam a concretizar a opinião pública. É nesse sentido que os estudos de *agenda-setting* são aplicados no universo político, em especial, no período eleitoral, para fazer convergir a agenda midiática e a agenda pública, que sugerem quais assuntos devem ser abordados pelos políticos.

O pressuposto dessa abordagem é que os assuntos colocados em pauta pelos meios de comunicação de massa agendam o público, fazendo as temáticas serem aquelas das conversas cotidianas. Portanto, de forma simplificada, é um viés que diz à audiência o que pensar, mas não como pensar. Avançando neste ponto, podemos relacionar o conceito de *framing* com a hipótese da *agenda-setting* na questão de direcionar não só o

conteúdo disseminado na esfera pública, mas também impressões, posicionamentos e interpretações destes.

Meditsch e Silva (2013) compartilham com Christa Berger a percepção dos acontecimentos e os textos produzidos referem-se ao encontro de duas matrizes: "a matriz do jornalismo, que diz como fazer a matéria e a matriz da sociedade, que orienta sobre o que dizer" (BERGER apud MEDITSCH; SILVA, 2013). Pode-se reconhecer as chamadas matrizes por *frames*, utilizando a definição de Reese (2001): "*frames* são princípios organizativos que são compartilhados socialmente e persistentes no tempo, que operam simbolicamente para dotar de sentido o mundo social" (REESE apud MEDITSCH; SILVA 2013). Leal *et al* (2010) destacam que o discurso jornalístico "resulta de complexa rede de interações nas quais fontes, jornalistas, empresas de comunicação, contextos histórico-sociais e sistemas semióticos atuam e conformam-se mutuamente" (LEAL *et al* apud MEDITSCH; SILVA, 2013).

O enquadramento pode ser usado nos mais diversos sentidos e abordagens devido às formulações interdisciplinares dos autores. Ainda assim, sendo originado em correntes da psicologia cognitiva e na sociologia de Erving Goffman (MAIA, 2009), o *framing* enriquece a pesquisa com ênfase nos efeitos da mídia, porém não deve ser confundido com um segundo nível do Agendamento. Goffman define *frame* como o conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 1984).

A partir da perspectiva de Goffman, no livro *Análise de enquadramento: um ensaio sobre a organização da experiência* (1984), os *frames* ajudam a ordenar a realidade percebida, permitindo aos indivíduos "localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites" (GOFFMAN apud MAIA, 2009, p. 306). Na interface política e comunicação, o enquadramento refere-se aos símbolos verbais e visuais que jornalistas e outros agentes midiáticos usam para organizar a informação na notícia. Bem como discute Entman:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em uma comunicação, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, apreciação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Os *framings* oferecem a possibilidade de examinar empiricamente o papel da mídia na construção da opinião pública. Além de construir um paradigma alternativo à objetividade jornalística, o conceito de enquadramento se torna aliado à hipótese da *agenda-setting* e cristaliza socialmente a compreensão dos indivíduos acerca da realidade, oferecendo uma forma delineada de perceber os assuntos e os acontecimentos.

Como argumenta Maia (2009), na condição contemporânea, há que se considerar também a existência de diversas mídias, com formatos e alcance distintos, o que aumenta as chances de os cidadãos terem acesso a vários enquadramentos e a múltiplos argumentos sobre uma determinada questão controversa.

No campo de estudos da comunicação, a primeira aplicação mais relevante do conceito de enquadramento foi o livro *Making News* da socióloga Gaye Tuchman (1978). Segundo Porto (2004) com base no enfoque de Goffman, a socióloga argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. Ao ressaltar como o poder político pode ser reforçado pela forma através da qual o conhecimento é enquadrado, a autora sugere que notícias são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (1978, p. 215).

O fato das pesquisas empíricas operacionalizarem os *framings* de modos distintos traz alguns problemas conceituais na significação de enquadramento. Para justificar a multiplicidade conceitual da questão, Mendonça e Simões (2012), apontam outros autores que dispõem de classificações distintas sobre enquadramento. D’Angelo (2002), por exemplo, explora a forma como a noção é empregada por estudos que operam com três paradigmas distintos: cognitivo, construcionista e crítico. A classificação sugerida por Mauro Porto (2004) enfatiza a existência de enquadramentos noticiosos e de enquadramentos interpretativos. Os primeiros estão centrados no ângulo das notícias, o qual é geralmente construído pelos jornalistas, ao passo que os segundos enfocam as avaliações de temas e eventos realizadas por diferentes atores sociais. Chong e Druckman (2007) distinguem *frames* em pensamento de *frames* em comunicação, separando a compreensão cognitiva dos indivíduos de sua materialização simbólica. Maia (2009) explica que, nos estudos da ciência política e da comunicação, os pesquisadores tendem a utilizar o termo enquadramento de dois modos principais: enquadramentos dos media (*media frame*) e enquadramentos da audiência (*thought*

frame ou *individual frame*), tratando da influência dos enquadramentos no processo de cognição e interpretação dos público.

Mendonça e Simões (2012) estabelecem uma categorização centrada em três modelos. O primeiro se debruça no enfoque da comunicação e busca pensar a participação das mensagens no *frame*. O segundo modeloadota o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo. Por fim, o terceiro viés estudaoefeito dos *framings* produzidos pela adoção estratégica de discursos. Todos dão ênfase no discurso midiático. Seguem definições dos modelos que colaboram na argumentação deste trabalho, em especial o dois últimos, numa análise discursiva e de efeito estratégico, as quais apontam a angulação da informação e a repercussão desta na opinião pública.

Análise da situação interativa: esta linha de investigação usa das concepções de Erving Goffman e tece microanálise sobre as interações sociais. Propõe-se observar as situações interacionais e de que forma elas moldam as relações. "Ele investiga o modo como nos deslocamos por quadros como 'cotidiano', 'ficção', 'sala de aula' ou 'sonho' para dotar o mundo de sentido" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191). Tal estudo é fundamental na compreensão da estrutura da experiência e das interações sociais, uma vez que permite perceber o modo como os atores sociais mobilizam enquadramentos e se posicionam diante deles.

Análise discursiva: o enquadramento é nesta perspectiva o operador para a realização de análises de conteúdo a partir de enunciados os mais diversos, captando o modo como a realidade é enquadrada nestes discursos. "Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191). Os enquadramentos são entendidos como estratégias de construção discursiva, uma vez que "os *frames* podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, fica evidente sua dimensão política" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Ao focalizar os ângulos discursivos e as interpretações apresentadas, a abordagem centrada no conteúdo permite ver como os quadros se manifestam.

Análise de efeito estratégico: o foco está nos efeitos dos enquadramentos, os *frame effects*. "Toma o conceito como um ângulo discursivo estrategicamente

mobilizado por determinado ator social para produzir certos efeitos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Contribui na percepção de que enquadramentos só se tornam manifestos quando expressos por atores sociais mobilizados estrategicamente e compreensão das consequências individuais e sociais da predominância de determinados quadros.

Mont'Alverne (2016) argumenta que trabalhar com o conceito de *framing* implica reconhecer, para além da insuficiência das ideias de objetividade e imparcialidade para explicar o Jornalismo, o papel da perspectiva adotada pelo profissional na construção do produto jornalístico. Isto não significa que tal adoção seja deliberada e vise a causar certo impacto em relação à audiência; enquadrar a notícia nem sempre é um processo consciente, mas os jornalistas são sim atores da construção da realidade e levam suas subjetividades e leituras de mundo ao texto. "O fato de, em muitos casos, o jornalista não escolher de forma consciente o *frame* que utilizará para abordar certos assuntos não o exime, porém, das decisões que têm de ser tomadas a fim de produzir o material jornalístico" (MONT'ALVERNE, 2016, p. 51).

A mídia institui uma nova dimensão pública, própria da sociabilidade contemporânea e conduz a percepção dos fatos sociais. O que a esfera pública vai compreender dos enquadramentos reflete na imagem pública dos agentes políticos.

Trata-se das imagens geradas na esfera da "política estetizada", onde sujeitos e instituições se comparam e são comparados, em complexas instâncias: de visibilidade, opacidade e ocultamento, mostrados em espaços midiáticos; da crítica e das paixões dos espectadores; de opiniões expressas pela "entidade" opinião pública, por formadores de opinião e manifestações da sociedade. (WEBER, 2004, p. 260)

Assim, os processos sociais, organizacionais e políticos são decodificados pelos espectadores atraídos por informações que interferem na vida pública.

No decorrer deste capítulo, apontou-se o surgimento das Teorias do Jornalismo como forma de explicar os fenômenos jornalísticos com maior propriedade, rompendo com as Teorias da Comunicação. Enfatizou-se o paradigma da objetividade na medida em que a mídia é entendida como *fonte de informação* e assim, tem como papel noticiar os assuntos de relevância pública. Seguindo esta premissa, as empresas de jornalismo deveriam transmitir a notícia de forma objetiva e imparcial no intuito de cumprir os códigos da deontologia jornalística para servir a democracia. Como foi dissertado, tal

neutralidade discursiva apresenta lacunas criticadas por estudiosos e audiência. Em 1978, o conceito de *framing* entrou no campo do Jornalismo como recurso alternativo à noção de objetividade. Ele organiza o discurso através de práticas específicas de seleção, ênfase e exclusão e constrói uma determinada interpretação dos fatos. A partir da Teoria Construtivista, percebe-se que a objetividade cumpre, agora, uma função estratégica na conquista de autonomia e legitimidade para o campo jornalístico (GOMES, 2004; MOTTA, 2008). Assim, a realidade é apresentada da maneira em que os *media* e as empresas jornalísticas selecionam a informação e direcionam o conteúdo. Deu-se atenção também ao formato da notícia que integra a revista e em que medida os interesses privados interferem no direcionamento da informação. Destacou-se o protagonismo do jornalista na decisão sobre a publicização da informação e como isso mescla-se com valor-notícia e os critérios de noticiabilidade. No terceiro capítulo será possível aprofundar-se no objeto de estudo deste trabalho, indicando como a atuação do Jornalismo influencia e constrói a política e impacta na opinião pública a partir da revisão aqui apresentada, uma vez que toda a argumentação desta seção busca tais mecanismos.

3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA JATO E DA REVISTA *ISTO É*

3.1 Lava Jato e os desdobramentos de uma investigação

O governo de Dilma Rousseff (PT) corresponde ao período de duas gestões consecutivas na função de presidente da República (2011 a 2016), sendo a última interrompida temporariamente pela instauração do seu processo de *impeachment* no âmbito do Congresso Nacional²⁰. O governo sucede a administração exercida por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), sendo ambos os representantes filiados ao Partido dos Trabalhadores.

Os mandatos dos dois políticos são marcados por escândalos de corrupção distintos que estamparam os principais noticiários do país, resultado de um comportamento de cobertura jornalística esperado em casos de corrupção. O primeiro caso aconteceu na gestão de Lula e foi chamado de *Mensalão*. Veio a público no dia 06 de junho de 2005 por meio de uma entrevista²¹ concedida pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal Folha de São Paulo, a qual gerou uma série de denúncias de corrupção e de compra de votos envolvendo parlamentares²². O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, foi acusado de repassar valores indevidos aos congressistas da base aliada, levando a investigação para outras esferas do Legislativo.

Em março de 2006, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra 40 pessoas suspeitas de envolvimento no esquema do Mensalão. Quase cinco anos depois, em 2012, o julgamento do caso passou a avançar. Em outubro de 2012, o STF encerrou o julgamento e condenou 25 dos 37 réus. Após as defesas apresentarem recursos, manteve-se a condenação de 24 réus (o ex-assessor do Partido Progressista, João Cláudio Genú, foi absolvido da acusação de lavagem de dinheiro)²³.

As denúncias levaram à reprovação popular do ex-presidente, fragilizando a sua

²⁰ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/dilma-sera-afastada-do-cargo-por-ate-180-dias-temer-assume-presidencia>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²¹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²² Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69402.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²³ Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/06/05/dez-anos-depois-relembre-o-caso-mensalao.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

imagem pública e a do PT²⁴. Ainda assim, Lula reelegeu-se em outubro de 2006 e apoiou, posteriormente, a candidatura de Dilma Rousseff nas eleições de 2010. A candidata saiu vitoriosa da disputa e em 2014 passou a enfrentar uma das piores crises institucional e de imagem do Partido dos Trabalhadores com a operação Lava Jato.

Deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal, a operação Lava Jato busca desarticular o esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro na Petróleo Brasileiro S,A, a Petrobras, maior empresa estatal do Brasil, que alcançou, em 2011, o título de oitava maior companhia do mundo de acordo com *ranking* da revista americana *Forbes*²⁵.

A investigação revelou que empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a diretores e gerentes da Petrobras e a outros agentes públicos em troca de serem escolhidas em processos fraudulentos de licitação para construção de refinarias, gasodutos e petroquímicas²⁶. Entre os gestores da Petrobras, Paulo Roberto Costa, Jorge Luiz Zelada, Renato de Souza Duque, Nestor Cerveró e Pedro José Barusco Filho foram condenados na Justiça²⁷.

No âmbito político, a investigação é conduzida pelo Supremo Tribunal Federal e tem como condenados²⁸: ex-deputado federal e ex-vice-presidente da Câmara dos Deputados André Vargas²⁹, ex-ministro José Dirceu (PT), ex-deputado federal Luiz Argôlo (SD-BA), ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP-PE) e ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto.³⁰ Até 14 de junho de 2016 - última atualização dos dados do Ministério

²⁴ Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/07/1222266-reprovacao-a-lula-e-a-maior-de-seu-mandato.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁵ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1625479-petrobras-despenca-em-ranking-de-maiores-empresas-do-mundo.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁶ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁷ Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-personagens.html>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

²⁸ Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-personagens.html>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

²⁹ Exercia mandato pelo Partido dos Trabalhadores no Paraná e desfilou-se quando as investigações apontaram seu envolvimento no esquema de corrupção. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,andre-vargas-pede-desfiliacao-do-pt,1158700>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³⁰ Os nomes referem-se a lista de condenados até a 30ª fase da operação Lava Jato, iniciada em 24 de maio de 2016. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-personagens.html>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

Público Federal até o fim desta pesquisa - foram determinadas 105 condenações, contabilizando 1140 anos, 9 meses e 11 dias de pena³¹. Entre os políticos que aguardam julgamento, estão o ex-senador Delcídio do Amaral³², o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ)³³. Os principais partidos acusados de terem se beneficiado no esquema são Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Progressista (PP), os quais estariam indicando os executivos nos cargos de direção da petroleira.

No decorrer das fases da Lava Jato, outros crimes passaram a ser investigados, a exemplo de irregularidades em contratos com o Ministério da Saúde, da Caixa Econômica Federal e da Eletronuclear³⁴. Para aprofundar as buscas, acordos de delação premiada foram firmados entre o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e réus ou suspeitos de cometer os crimes no intuito de colaborar e denunciar outros integrantes da organização criminosa em troca de benefícios penais. A delação premiada tornou-se um dos principais meios de obter provas no caso Lava Jato. Foram realizadas 52 delações³⁵. Os conteúdos apurados não servem como provas, mas facilitam as linhas de investigação e apuração. Um dos depoimentos de maior repercussão foi o do ex-senador Delcídio do Amaral, que virou material para reportagem da revista *Isto É*, analisada neste trabalho.

A Lava Jato atingiu a governabilidade de Dilma Rousseff duplamente. Em um primeiro momento, porque é um outro escândalo que envolve seu partido e estigmatiza a imagem dos representantes petistas. Em segundo plano, porque a própria Dilma Rousseff, no período de 2003 a 2010, presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, o que levanta a discussão sobre a responsabilidade dela na compra

³¹ Disponível em <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/a-lava-jato-em-numeros-1>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

³² Exercia mandato pelo Partido dos Trabalhadores pelo Mato Grosso do Sul e teve mandato cassado pelo Senado após ter sido flagrado numa tentativa de subornar a família do ex-diretor da Petrobras, Nestor Ceveró. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/senado-cassa-mandato-de-delcidio-do-amaral>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³³ Afastado do mandato de deputado federal, e conseqüentemente, da presidência da Casa em 05 de maio de 2016 por derterminação do Supremo Tribunal Federal. Há indícios de envolvimento no esquema de corrupção e tentativa de investigações. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1768000-teori-afasta-eduardo-cunha-do-mandato-na-camara.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³⁴ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/agencia-de-publicidade-da-caixa-e-do-ministerio-da-saude-repassou-dinheiro-para-empresa-de-vargas-diz-lava-jato/>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³⁵ Dado do dia 14 de junho de 2016, segundo último balanço do MPF. Disponível em <<http://lavajato.mpf.mp.br>>. Acesso em 18 junho de 2016.

superfaturada em US\$ 792 milhões, no ano de 2006, da refinaria de Petróleo em Pasadena, Texas (EUA)³⁶.

Outro nome fragilizado é o do ex-presidente Lula, após formalização de denúncia do Ministério Público de São Paulo. Os crimes seriam lavagem de dinheiro e falsidade ideológica em suposta compra de apartamento triplex no Guarujá, litoral de São Paulo. O imóvel teria sido reformado pela OAS, empreiteira envolvida no esquema de corrupção da Petrobras. Também foram considerados indícios de que Lula seria proprietário de um sítio em Atibaia, município de São Paulo, reformado pela empresa Odebrecht, outra empreiteira investigada³⁷.

Para responder a denúncia, Lula foi levado a depor por meio de condução coercitiva em 04 de março de 2016, cumprindo determinação do juiz Sérgio Moro³⁸, titular da vara federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado de Curitiba (PR). A condução coercitiva repercutiu entre os juristas por ter sido realizada sem intimação³⁹ e gerou uma série de manifestações favorável e desfavorável ao ex-presidente⁴⁰.

O governo de Lula foi caracterizado pela popularidade⁴¹ entre os cidadãos aliado ao carisma do petista e à criação de projetos sociais. De origem nordestina, o ex-presidente foi operário e líder sindical antes de exercer a Presidência da República. Devido à sua trajetória, tem apoio de movimentos sociais e entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O próprio PT integra o movimento esquerdista na América Latina e é o segundo

³⁶ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-nao-pode-fugir-a-responsabilidade-diz-ex-presidente-da-petrobras-imp-,1156179>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³⁷ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-denuncia-lula-no-caso-do-triplex/>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

³⁸ Devido às investigações na Lava Jato, em 2015, o juiz foi premiado como personalidade do ano pelo jornal O Globo e pela revista Veja. No ano seguinte, foi eleito pela revista Fortune, dos Estados Unidos, como o 13º líder mais influente no mundo. Apareceu também na lista da revista Time entre as cem pessoas mais influentes do planeta, sendo o único brasileiro citado.

³⁹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746437-conducao-coercitiva-de-lula-foi-decida-para-evitar-tumulto-diz-moro.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴⁰ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/ato-de-apoio-lula-reune-militantes-e-politicos-na-central-do-brasil-no-rio>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴¹ Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

maior partido político do Brasil, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de março de 2016, com 1.549.608 filiados⁴². Após o episódio, Lula passou a mobilizar a militância do partido por todo o Brasil em manifestações conhecidas como atos pela democracia, no intuito de para barrar o que chama de *golpe de Estado*⁴³. O intuito seria usar a força popular como forma de pressionar o Congresso Nacional, que à época, decidia, paralelamente, os rumos do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

No dia anterior à condução coercitiva do ex-presidente e às buscas na residência dele e de seus filhos⁴⁴, dia 03 de março de 2016, a revista *Isto É* publicou reportagem especial com trechos vazados do depoimento de Delcídio do Amaral⁴⁵. O ex-senador havia sido preso em 25 de novembro de 2015 pela Polícia Federal por tentativa de atrapalhar as investigações. Segundo a Procuradoria-Geral da República, o ex-senador petista atuou para evitar a delação do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró⁴⁶. Após deixar a prisão, em 19 de fevereiro, fez acordo de delação em que cita, entre 74 nomes, Dima Rousseff e o ex-presidente Lula.

3.2 Breve histórico da Revista *Isto É*

A Editora Três⁴⁷ é uma empresa paulista fundada entre os sócios Domingo Alzugaray, Luiz Carta e Fabrizio Fasano em fevereiro de 1972. Logo em 1976, a empresa apostou na criação de uma revista de informações abrangentes. Surgiu assim a *Isto É*, primeiro em uma versão mensal, mas que logo transformou-se na primeira semanal da editora, na época, com a direção do jornalista Mino Carta, fundador da

⁴² O PMDB é o partido do país, com 2.306.056 filiados. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/tse-disponibiliza-dados-sobre-filiados-a-partidos-politicos-no-brasil>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁴³ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751592-a-espera-de-lula-manifestantes-pro-dilma-tomam-4-quadras-da-paulista.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴⁴ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746231-policia-federal-faz-operacao-na-casa-do-ex-presidente-lula-na-grande-sp.shtml>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴⁵ No Governo Itamar Franco (1992-1994), foi Ministério de Minas e Energia e presidente do Conselho de Administração da Vale do Rio Doce. Em 1998, assinou sua filiação ao PSDB, mas seu ingresso no partido não chegou a ser homologado. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi diretor de Gás e Energia da Petrobras. Em 2001, Delcídio foi secretário estadual de Infra-estrutura e Habitação do governo de Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul e, em 2002, elegeu-se senador, já no Partido dos Trabalhadores.

⁴⁶ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/supremo-autoriza-pf-a-acao-que-pode-prender-senador/>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴⁷ A Editora Três é terceira maior editora brasileira de revistas do país. Fundada em 1972, sendo responsável, atualmente, pela publicação de 9 títulos com linhas editoriais específicas.

*Veja*⁴⁸ e atual diretor de redação da *Carta Capital*. Em agosto de 1993, a direção de redação foi assumida por Tão Gomes Pinto, substituído, em abril de 1996, por Hélio Campos Mello, que permanece no cargo até fevereiro de 2006, quando então assume o atual diretor de redação, Carlos José Marques.

A *Isto É* foi lançada quando o Brasil ainda estava sob ditadura militar. A situação política da época delineou os valores editoriais da revista, que se diz "independente, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos". Diz associar à sua linha editorial a "prática de um jornalismo crítico, plural, democrático e compromissado com o leitor", consolidando-se, ao longo destes 40 anos, segundo a própria editora, "atualizada, dinâmica, combativa, é uma revista com opinião própria, força e coragem para contribuir para o bem do país"⁴⁹.

No editorial da edição especial 30 anos da *Isto É*, em 25 de outubro de 2006, Carlos José Marques destacou que na capa número 1, a revista já posicionava-se pela volta da democracia:

Nessas três décadas, desde a primeira edição, a Revista vem demonstrando sua vocação para registrar, provocar e participar das mudanças do País. Na capa número 1, já clamava pelo fim do regime totalitário e pela volta à democracia. Marcava assim uma linha editorial bem definida, de vigilância e crítica ao sistema – abrindo sempre espaço para mostrar e analisar o outro lado dos fatos. (MARQUES, 2006).

O diretor editorial⁵⁰ pontua que a primeira aparição do ex-presidente Lula na "grande imprensa" foi numa capa da *Isto É*. "Foi assim que, já em 1979, o então pouco conhecido sindicalista Luiz Inácio da Silva estreava na grande imprensa como capa da *ISTO É*, liderando uma greve no ABC paulista", relata.

Carlos José Marques enfatiza que, entre outros momentos de efervescência política, a revista colaborou para a manutenção dos princípios democráticos ao longo das décadas, como no caso do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, resultado

⁴⁸ Disponível em <http://istoe.com.br/248796_EDITORA+TRES+40+ANOS/>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁴⁹ Disponível em <http://editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁵⁰ Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe-temp/1931/retrospectiva_30anos/abre_especial.htm>. Acesso em 18 de junho de 2016.

dedeclarações do então desconhecido motorista Eriberto França à *Isto É*. As revelações publicadas na edição de 8 de julho de 1992 ligavam diretamente o dinheiro do empresário PC Farias às despesas pessoais de Collor (MARQUES, 2006), que acabou se afastando do cargo.

Segundo o balanço de janeiro de 2016 do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a *Isto É* tem tiragem de 349.884 exemplares, sendo que destes, 312.767 circulam pelo país.⁵¹ A região que mais lê *Isto É* é Sudeste, com 63% de assinantes, seguido pela região Sul (15%) e Nordeste (13%). A Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)⁵² aponta a *Isto É* como a terceira revista semanal mais lida no país em 2014, atrás da *Época* (2º lugar) e *Veja* (1º lugar). É disponível também em plataformas *web* e *tablet*.

Os leitores da revista semanal têm o seguinte perfil: são em 54% do sexo feminino, variam na faixa etária entre 20 anos (24%) a 40 anos (42%) e pertencem a classe B (51%). Com o *slogan* "A mais combativa revista semanal de informação e interesse geral do Brasil", a *Isto É* traz toda semana "uma avaliação da situação nacional e internacional, com informações e opiniões que provocam reflexões e transformações na sociedade", segundo a Editora Três⁵³.

A revista recebe crítica popular sobre seus posicionamentos editoriais. O caso mais recente aconteceu em torno da reportagem "Uma presidente fora de si"⁵⁴, do dia 01 de abril de 2016, sobre possíveis problemas psicológicos de Dilma Rousseff, que estaria fazendo uso de calmantes desde o início da crise política na segunda gestão. Dilma é caracterizada como "desequilibrada" e "sem condições de comandar o país". Internautas de todo o país mobilizaram-se na campanha #IstoÉMachismo⁵⁵ para repudiar o teor perjorativo da publicação, alegando que a reportagem utilizava a condição feminina da petista como forma de inflar a discussão sobre o *impeachment*.

⁵¹ Informação disponibilizada no material de mídia kit da revista. Disponível em <http://www.editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁵² Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 18 de junho de 2016.

⁵³ Disponível <http://www.editora3.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁵⁴ Disponível em <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁵⁵ Disponível em <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/campanha-istoemachismo-critica-reportagem-da-revista-istoe/>>

4 ANÁLISE EMPÍRICA

4.1 Reportagens: *A delação de Delcídio, O esquema de Erenice, Acabou!*

A pesquisa compreende três reportagens da revista *Isto É*, terceira publicação informativa semanal de maior tiragem dopaís com quase 350 mil exemplares impressos, de acordo com balanço da Editora Três realizado em janeiro de 2016. Um dos diferenciais do suporte revista para os demais impressos é o tipo de conteúdo. Segundo Vilas Boas (1996, p. 09) "além de visualmente mais sofisticada, outro fator a diferencia sobremaneira do jornal: o texto. Com mais tempo para investimentos analíticos acerca do fato, as revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário". Desta forma, para Vilas Boas, a revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas dos jornais, rádio e televisão.

A escolha pela *Isto É* também se dá por este trabalho preocupar-se com o papel do Jornalismo na construção da notícia e da realidade social por meio de traços de personalização textual. "A revista *Isto É* investiu na personalização dos textos, trazendo em suas páginas um grande número de matérias assinadas. Um estilo que até hoje a diferencia de *Veja*, embora esta já venha dando mais espaço para o texto assinado", destaca Vilas Lobas (1996, p. 34). Tal particularização de conteúdo também ocorre de forma estilística do texto, com opiniões, subjetividades, adjetivações etc. que expressam o posicionamento da empresa jornalística. Sendo uma publicação de de quatro décadas, a terceira revista mais lida no país, alcançando um público formado por elites políticas e econômicas (classe A e B), a *Isto É* torna-se relevante no espectro das publicações de estilo maganize por trazer visibilidade nacional aos temas nela retratados e corroborar na formação da opinião pública em torno destes assuntos.

O *corpus* desta investigação é formado por três reportagens de três edições publicadas entre 03 e 18 de março, período de intensas manifestações populares que pediam a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República e punição de Lula, investigado pela Lava Jato e pelo Ministério Público de São Paulo. As mobilizações levaram às ruas cerca de 3 milhões de pessoas nos 26 Estados e no Distrito Federal, de

acordo com dados colhidos pelas polícias militares estaduais no dia 13 de março⁵⁶. O número configura-se como a maior manifestação de rua da história da democracia do país após ditadura militar, tirando o posto das Diretas Já⁵⁷ e das jornadas de junho de 2013⁵⁸. Os textos a serem analisados foram publicados na versão impressa da revista e acessados através do portal da *Isto É*⁵⁹, pelo acervo de edições anteriores disponível.

Imagem 1 – Print-screen da capa de reportagem e de edição (n° 2413)



Fonte: Revista Isto É (2016).

A *Isto É* publicou em 03 de março de 2016, na edição n° 2413, a matéria de *A delação de Delcídio*⁶⁰. Em delação premiada com cerca de 400 páginas, o ex-senador pelo PT disse que Dilma teria atuado três vezes para interferir na Lava Jato por meio do Judiciário, uma vez persuadindo o presidente do STF, Ricardo Levandowski, a mudar os rumos da operação, uma segunda tentativa por meio da indicação de Nelson Schaefer

⁵⁶ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

⁵⁷ Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-01-24/maior-movimento-popular-da-historia-do-brasil-diretas-ja-completa-30-anos.html>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

⁵⁸ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

⁵⁹ Disponível em <<http://istoe.com.br>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

⁶⁰ Disponível em <http://istoe.com.br/447783_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/>. Acesso em 05 de junho de 2016.

(presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina) para uma das vagas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e por último, com a nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o STJ, pois ele facilitaria a soltura de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo (empresários de empreiteiras relacionadas ao escândalo).

Delcídio conta também que Dilma tinha conhecimento das irregularidades na compra da refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos. Além do mais, afirma que a intervenção na delação de Nestor Cerveró foi feita por ordem de Lula no intuito de preservar o nome de José Carlos Bumlai (amigo do ex-presidente) no depoimento.

A colaboração de Delcídio foi homologada somente em 15 de março, conferindo validade jurídica ao acordo a partir da data. Com a decisão, retirou-se o segredo de Justiça das declarações do ex-senador, que até então, foram repercutidas no noticiário por meio de vazamento da *Isto É*. Não se sabe por quais meios *Isto É* teve acesso ao documento.

Imagem 2 – Print-screen da capa de reportagem e de edição (nº 2414)



Fonte: Revista Isto É (2016).

A segunda reportagem que integra o *corpus* deste trabalho foi veiculada no dia 11 de março de 2016 e chama-se *O esquema de Erenice*⁶¹. Após a publicação de trechos da delação de Delcídio do Amaral na edição anterior, a revista busca agora narrar outros trechos do depoimento, discorrendo sobre o desvio de R\$ 45 milhões nas obras da usina de Belo Monte, próxima ao município de Altamira (PA), para abastecer as campanhas eleitorais do PT e do PMDB em 2010 e 2014.

Segundo o depoimento divulgado pela revista, os ex-ministros da Casa Civil, Erenice Guerra (PT) e Antonio Palocci (PT) e o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau (sem partido), atuavam no desvio de recursos do projeto por meio do pacote de obras civis e na compra de equipamentos. A revista apresenta Erenice Guerra como "escudeira" de Dilma, explorando a relação de proximidade de ambas. Erenice trabalhou como consultora jurídica do ministério de Minas e Energia, de 2003 a 2005, sob o comando de Dilma. Quando Dilma foi nomeada Ministra da Casa Civil, Erenice tornou-se sua secretária-executiva.

Outro nome ligado à Presidente e citado em depoimento é o do ex-tesoureiro da campanha de Dilma e ex-ministro da Comunicação Social, Edinho Silva. O ex-ministro teria proposto à Delcídio um esquema para saldar dívida de R\$ 1 milhão da campanha de 2010⁶².

A delação premiada de Delcídio continuava sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF) quando a reportagem foi publicada. Somente depois da homologação realizada pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, é que o relato de Delcídio poderá servir de base para inquéritos e investigações.

Já a terceira reportagem, *Acabou!*⁶³ do dia 18 de março de 2016, para de tratar do conteúdo da delação de Delcídio e aborda das conversas telefônicas do ex-presidente interceptadas pela Polícia Federal. O juiz Sérgio Moro retirou o sigilo dos áudios em 16 de março de 2016 e revelou a público conversa entre Lula e Dilma, na época, ainda presidente da República. A legalidade dos áudios divulgados entre os dois políticos

⁶¹Disponível em <http://istoe.com.br/448524_O+ESQUEMA+ERENICE/>. Acesso em 05 de junho de 2016.

⁶² Disponível em <<http://www.valor.com.br/politica/4482340/em-delacao-delcidio-diz-que-edinho-indicou-ems-para-pagar-sua-divida>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁶³Disponível em <http://istoe.com.br/449082_ACABOU+/>. Acesso em 05 de junho de 2016.

divergiu juristas, uma vez que na função da presidência, Dilma tem foro privilegiado⁶⁴. A revista apontou supostas investidas de Dilma em mudar os cursos da Lava Jato, fazendo análises sobre trechos das conversas e possíveis crimes cometidos por ela e Lula.

Imagem 3 – Print-screen da capa de reportagem e de edição (nº 2415)



Fonte: Revista Isto É (2016).

4.2 Estratégias metodológicas

A estratégia metodológica adotada pelo trabalho é a Análise de Conteúdo, que consiste em um método de organização e verificação de dados com o foco de qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto (BARDIN,1977). Tal método insere-se na esfera da pesquisa qualitativa, capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

⁶⁴ Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458183598_880206.html>. Acesso em 18 de junho de 2016.

Assim, a Análise de Conteúdo tem por finalidade explicar e sistematizar o significado dos conteúdos das mensagens, quando se trata de uma análise temática (BARDIN, 1977). Tratando-se de uma abordagem qualitativa, é possível então debruçar-se ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (TURATO *et al* apud CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). Bardin (1977, p. 38), explica que "a Análise de Conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

Oliveira *et al* (2003, p. 06) aponta que o "objetivo de toda Análise de Conteúdo é o de assinalar e classificar de maneira exaustiva e objetiva todas as unidades de sentido existentes no texto. Além de permitir que sobressaiam do documento suas grandes linhas, suas principais regularidades". É por isso que diferentes técnicas podem ser usadas pelos pesquisadores, dependendo da vertente teórica seguida. Na questão de classificar as unidades de sentido, Mont'Alverne (2016) faz a ressalva:

Por mais que analise o material a partir de variáveis estabelecidas previamente, a técnica não é objetiva ou isenta da interferência do pesquisador, porque a interpretação dos resultados é algo que depende dele e de suas inclinações teóricas, assim como uma alteração na pergunta de pesquisa poderia gerar resultados diferentes em relação ao mesmo *corpus*. MONT'ALVERNE (2016, p. 93)

Antes de o pesquisador classificar as unidades de sentido, é necessário compreender a concepção de organização de análise proposta por Bardin. Para o autor, diferentes fases devem organizar-se para construir a análise. São elas: 1) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação. Este trabalho obedece às etapas estabelecidas pelo teórico para chegar aos resultados interpretativos dos enquadramentos produzidos pelas reportagens analisadas. Com base na discussão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, a análise dos textos da revista *Isto É* busca identificar os enquadramentos presentes na cobertura da Lava Jato nas publicações entre 03 e 18 de março.

Diversos autores (WILLIAMS *et al.*, 1991; GHANEM, 1997; SEMETKO E MANDELLI, 1997; MCCOMBS E GHANEM, 2001; MAHER, 2001 apud PORTO,

2004) utilizam em suas pesquisas a noção de enquadramento para a análise do conteúdo político da mídia e da recepção deste conteúdo pela audiência. Considera-se o uso do conceito de *framing* apropriado para a análise de fenômenos sociais, uma vez que permite mensurar qualitativamente as interpretações dos indivíduos sobre as produções em sociedade.

Na prática, a aplicação dos enquadramentos acontece por meio da junção das unidades de sentido necessárias para uma sistematização de significados. Compreende-se que a aplicação dos *framings* no método de Análise de Conteúdo não é de fácil identificação nem transparente o suficiente para que se observe a confiabilidade das estratégias adotadas (MONT'ALVERNE, 2016, p. 95). Assim, busca-se reunir elementos caracterizadores do conteúdo para agrupá-los em enquadramentos de acordo com suas semelhanças e diferenças, como propõe MATTHES; KOHRING (apud MONT'ALVERNE, 2016).

Framings são formados, entre outras coisas, através da utilização de certas palavras-chave e as suas relações (VLIEGER; LEYDESDORFF, 2011, p. 30). As relações entre as palavras-chave fornecem a base para esta metodologia. Vlieger e Leydesdorff (2011) citam Matthes e Kohring (2008) para trazer a distinção de cinco abordagens metodológicas para os enquadramentos midiáticos. Em primeiro momento, o *frame* é identificado por meio de interpretação dos produtos jornalísticos ligados aos elementos culturais daquela sociedade. Em segundo lugar, na abordagem linguística, analisa-se a seleção, posicionamento e estrutura das palavras e frases específicas em um texto midiático. O terceiro modelo relaciona-se aos *frames* gerados através de uma análise qualitativa dos textos, após análise de conteúdo quantitativa manual. A quarta etapa trata da abordagem dedutiva em os quadros são codificados em uma análise de conteúdo padrão. Por fim, os autores identificam um quinto método de abordagem: por meio de programa de computador, encontra-se palavras particulares que ocorrem nos quadros, trazendo mais objetividade ao procedimento. No trabalho, é possível utilizar todas as metodologias apontadas, simultaneamente, ao reunir e agrupar os elementos dos *frames* das matérias.

O sistema desenvolvido por Matthes e Kohring (2008) é usado por Mont'Alverne para identificar quatro elementos que compõem um *frame*: 1) a definição de um problema: consiste em uma questão ou atores relevantes que discutem o problema; 2)

uma interpretação causal: a atribuição de falha ou sucesso concernente a resultados específicos; 3) uma avaliação moral: a avaliação pode ser positiva, negativa ou neutra e referir-se a diferentes objetos e 4) a recomendação de uma solução para o problema: uma chamada contra ou a favor de uma certa ação para resolver o problema (MONT'ALVERNE, 2016, p. 97). A divisão dos *frames* nestes elementos ajuda o pesquisador a isentar-se das próprias subjetividades ao buscar maior sistematização, objetividade e generalização dos resultados.

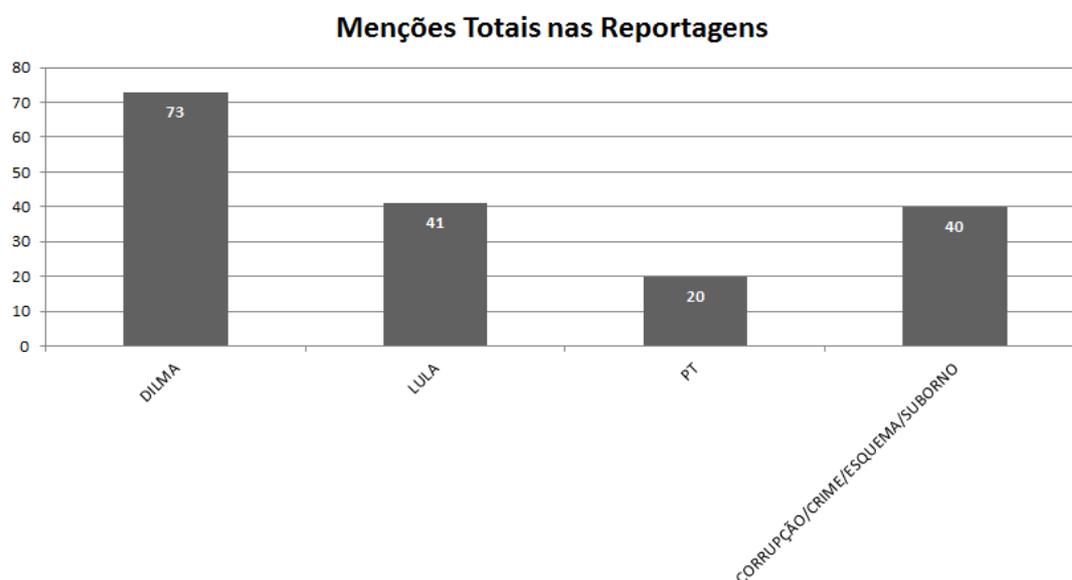
Desta forma, a unidade de análise para esta pesquisa são os trechos que se encaixam na classificação desenvolvida, compondo o texto das reportagens. Foram encontrados elementos dos quadros que repetiam-se nas três reportagens ou eram semelhantes entre si. A partir destas correspondências, foram definidos os enquadramentos dentro dos trechos das matérias. Elas enquadram-se na categoria principal *Política*, que se subdivide em assuntos específicos dos quais os textos tratam. São eles: *Dilma interfere nas investigações*, *Lula interfere nas investigações*, *Dilma e Lula interferem nas investigações*, *Relações de Dilma e Lula com acusados de corrupção*, *Juízo de valor sobre Dilma* e *Outros*. Foram selecionados 29 trechos de reportagem que constroem enquadramentos sobre o conteúdo da delação de Delcídio do Amaral e dos áudios telefônicos dos petistas.

A definição das categorias ocorreu a partir da análise quantitativa de menções aos nomes de Dilma, Lula, do Partido dos Trabalhadores e da palavra-chave *corrupção*. Estas são as palavras mais utilizadas para a construção dos textos. Levando em conta a repetição, é possível perceber as angulações mais frequentes utilizadas pela revista para tratar de dois fatos específicos no desenrolar da operação Lava Jato. Como foi dito anteriormente, a escolha das edições da *Isto É* ocorreu pela repercussão dos acontecimentos na esfera pública após exposição midiática, bem como pelos critérios de valor-notícia aplicados a estes fatos.

Foi utilizado ferramenta de busca de palavras do Adobe PDF para fazer a mensuração. A palavra-chave *Dilma* corresponde à busca de "Dilma", "Dilma Rousseff" e "A presidente". Foram encontradas 73 menções ao longo das três reportagens. A palavra-chave *Lula* estende-se à busca de "Lula" e "O ex-presidente". Correspondem a 41 menções. O "Partido dos Trabalhadores" compreende à procura de "Partido dos Trabalhadores", "PT" e "Petistas", representando 20 menções. Por fim, a palavra-chave

Corrupção é composta pelo grupo de "Corrupção", "Suborno", "Crime", "Esquema", "Estratégia" e "Proprina", que contabilizam 40 menções.

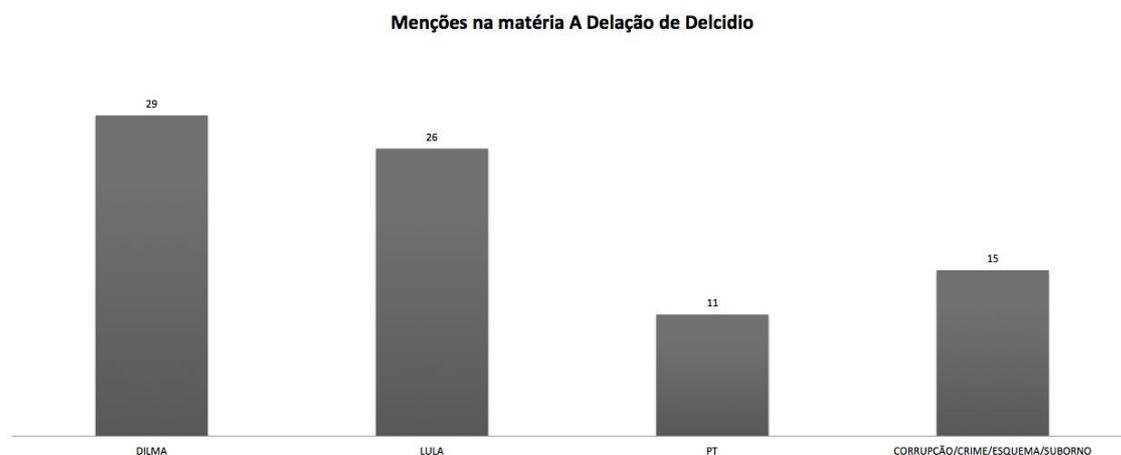
Gráfico 1 – menções nas reportagens



Fonte: Elaboração da autora (2016).

Após mensuração, determinou-se as categorias de enquadramento já apresentadas, com base nos elementos de repetição e semelhança encontrados, bem como na análise da pesquisadora. É possível verificar as menções por matérias por meio dos seguintes gráficos:

Gráfico 2 – menções na reportagem *A delação de Delcídio*



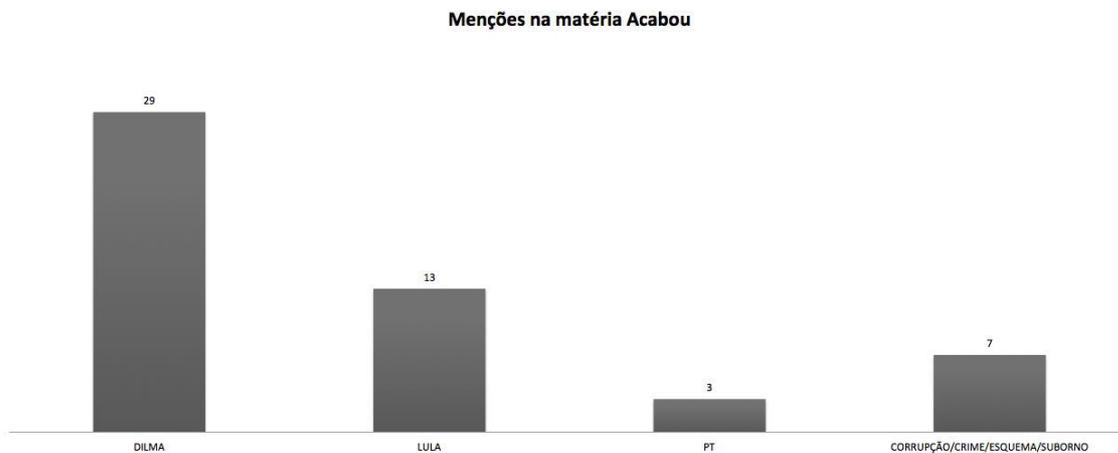
Fonte: Elaboração da autora (2016).

Gráfico 3 – menções na reportagem *O esquema de Erenice*



Fonte: Elaboração da autora (2016).

Gráfico 4 – menções na reportagem *Acabou!*



Fonte: Elaboração da autora (2016).

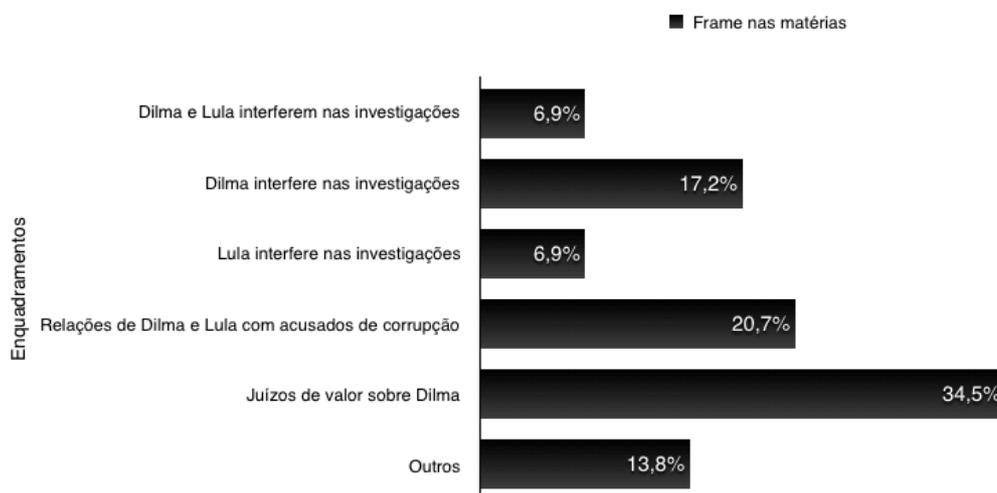
Os enquadramentos, por sua vez, são verificados nos trechos em que tais palavras-chaves são citadas. São 29 trechos identificados com elementos que se encaixam nas categorias. Para separá-los, foram feitos prints dos trechos para organização nas pastas, cada uma correspondente a uma das categorias. A análise de qual fragmento de texto pertence a que categoria ocorreu por critério da pesquisadora, que se baseou nos nas mensurações de palavras-chaves e nas angulações que a revista adotou para discorrer sobre os assuntos.

No próximo tópico, será apresentada a análise das três reportagens iniciando por ordem de publicação: *A delação de Delcídio, O Esquema de Erenice e Acabou!*

4.3 Análise das reportagens da *Isto É*

O tema agendado pela revista nas reportagens designadas para o trabalho trata de Política em sua cobertura nas três edições verificadas. Dentro desta categoria, foram identificados seis assuntos que se repetem ao longo dos textos. O tema *Dilma interfere nas investigações* aparece 17,2%, enquanto *Lula interfere nas investigações* e *Dilma e Lula interferem nas investigações* aparecem em 6,9% do conteúdo. *Relações de Dilma e Lula com acusados de corrupção* são citadas em 20,7% dos trechos analisados e a revista faz algum tipo de *Juízo de valor sobre Dilma* em 34,5% dos textos. A categoria *Outros* foi criada para reunir *frames* que constroem algum tipo de impressão do jornalista sobre a operação Lava Jato e suas personagens, o que reflete-se como posicionamento da revista. Os 13,8% desta categoria correspondem a algum tipo de depreciação sobre o Governo do PT e seus apoiadores.

Gráfico 1 – Enquadramentos encontrados na cobertura da *Isto É*



Fonte: Elaboração da autora (2016).

As matérias giram em torno de duas questões específicas dentro da operação Lava Jato: a delação premiada de Delcídio e as conversas telefônicas entre Lula e Dilma. Nelas, há marcas textuais realçadas que levaram às categorias apresentadas. São

conferidos à Dilma e Lula tentativas de burlar a investigação, ora individualmente, ora, juntos. Juntos, representam, para a revista, o próprio Governo do PT. Também são relacionados progressivamente com atores envolvidos em corrupção ao longo das reportagens. Destaca-se a ênfase em caracterizar o comportamento e as ações de Dilma Rousseff desfavoravelmente.

4.3.1 Análise do enquadramento *Dilma interfere nas investigações*

O primeiro enquadramento analisado conta com cinco trechos das reportagens que apresentam o depoimento de Delcídio do Amaral como base para atribuir crimes de obstrução da investigação a Dilma Rousseff e induz a necessidade da saída da petista do cargo de Presidência. Os trechos a seguir são da matéria *A delação de Delcídio*, do dia 03 de março:

As preocupações de Delcídio fazem sentido. Sobretudo porque suas revelações implicaram colegas de Senado, deputados, até da oposição, e têm potencial para apressar o processo de impeachment de Dilma no Congresso. O que ele revelou sobre a presidente é gravíssimo. Segundo Delcídio, Dilma tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato, com a ajuda do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. (Isto É, 03 de março, 2016)

A revista utiliza a delação do ex-senador como único argumento para comprovar as tentativas de Dilma em mudar os cursos da operação Lava Jato. A colaboração de Delcídio foi homologada somente em 15 de março, conferindo validade jurídica ao acordo a partir da data. Assim, além do depoimento não ter respaldo para fazer parte da investigação na data da veiculação da matéria, a revista não apresentou a versão dos envolvidos, nem outros argumentos de autoridade complementares para tratar as acusações. Desta forma, a *Isto É* insiste na necessidade de abrir o processo de impeachment contra a até então presidente como é visto no segundo recorte.

A ação de uma presidente da República no sentido de nomear de um ministro para um tribunal superior em troca do seu compromisso de votar pela soltura de presos envolvidos num esquema de corrupção é inacreditável pela ousadia e presunção da impunidade. E joga por terra todo seu discurso de “liberdade de atuação da Lava Jato”, repetido como um mantra na campanha eleitoral. Só essa atitude tem potencial para ensejar um novo processo de impeachment contra ela por crime de responsabilidade. (Isto É, 03 de março, 2016)

No trecho acima, a revista trata da nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o Superior Tribunal de Justiça, pois, segundo o ex-senador, Navarro facilitaria a soltura de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo, empresários de empreiteiras relacionadas à corrupção na Petrobras.

O trecho a seguir, refere-se à reportagem *Acabou!* e reforça as tentativas de obstrução da Justiça a partir do conteúdo das conversas telefônicas do ex-presidente Lula interceptadas pela Polícia Federal. A estilística da redação traz um teor depreciativo em "as armações, muitas delas engendradas no interior do gabinete presidencial":

Nas conversas, ficou claro que Dilma agiu pessoalmente, ao lado de Lula, na tentativa de obstruir a Justiça. As armações, muitas delas engendradas no interior do gabinete presidencial, tinham o único propósito de evitar a prisão preventiva de Lula, já encaminhada, assegurando-lhe o privilégio de foro. Não seria a primeira, nem a segunda ou a terceira vez que o governo – e Dilma – atuariam com o objetivo de interferir nas investigações, conforme revelou o conteúdo extraído da delação do ex-líder do governo, Delcídio do Amaral (MS), antecipada há duas semanas por ISTO É. (Isto É, 18 de março, 2016)

Verifica-se também em:

Mas Dilma, a mesma que prometeu durante sua posse fazer com que “o braço da justiça alcançasse a todos de forma igualitária” entrou em cena, dando guarida ao companheiro. Correu para que o assessor Jorge Messias, subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil, já no aeroporto, recebesse o termo de posse antecipado para Lula usar em caso de necessidade. Os atos seguintes corroborariam o desejo de Dilma de livrar Lula dos problemas com a Justiça. (Isto É, 18 de março, 2016)

Por fim, após explorar o conteúdo das conversas telefônicas, a matéria resgata o depoimento de Delcídio do Amaral, publicado duas semanas antes, e trata novamente da indicação de Marcelo Navarro ao STJ.

As investidas não se limitaram àquelas confirmadas pelos grampos divulgados semana passada. Em sua delação premiada, o senador Delcídio do Amaral contou que a presidente tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato. Uma delas, contou com o envolvimento pessoal dele próprio: a nomeação do ministro Marcelo Navarro ao STJ em troca do compromisso de votar pela soltura de presos envolvidos no esquema do Petrolão. (Isto É, 18 de março, 2016)

4.3.2 Análise do enquadramento *Lula interfere nas investigações*

Tentativas de interferir nas investigações também são conferidas ao ex-presidente Lula, líder do Partido dos Trabalhadores. Segundo a matéria *A delação de Delcídio*, que se baseia na compilação de trechos do depoimento do ex-senador, Lula agiu diretamente contra a operação Lava Jato.

O senador Delcídio também afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha pleno conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e pessoalmente para barrar as investigações – inclusive sendo o mandante do pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas. O relato de Delcídio é devastador e complica de vez Dilma e Lula, pois trata-se de uma narrativa de quem não só testemunhou e esteve presente nas reuniões em que decisões nada republicanas foram tomadas, como participou ativamente de ilegalidades ali combinadas –a mando de Dilma e Lula, segundo ele. (Isto É, 03 de março, 2016)

Delcídio confere o motivo da sua prisão em 25 de novembro de 2015 à Lula. O ex-senador teria tentado evitar a delação do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, a pedido de Lula, ao realizar repasse de dinheiro pelo silêncio. A delação de Cerveró poderia citar o nome de José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente. Assim, a revista aponta Lula como "o mandante de toda a artimanha":

Para os procuradores que tomaram o depoimento de Delcídio, a revelação é de extrema gravidade e pode justificar a prisão do ex-presidente Lula. Integrantes da Lava Jato elaboram o seguinte raciocínio: se o que embasou a detenção de Delcídio, preventivamente, foi a tentativa do senador de obstruir as investigações, atestada pela descoberta do pagamento a Cerveró, o mesmo se aplicaria a Lula, o mandante de toda a artimanha. (Isto É, 03 de março, 2016)

4.3.3 Análise do enquadramento *Dilma e Lula interferem nas investigações*

Dilma e Lula são representantes do Partido dos Trabalhadores e emplacaram administrações consecutivas na presidência da República. A imagem de um está diretamente ligada à do outro. A revista aponta tentativas de interferir na Lava Jato feita pelos petistas, individualmente, e depois, em conjunto, como é possível verificar no trecho que abre a reportagem *O esquema de Erenice* e em um outro fragmento de *Acabou!*, respectivamente.

Além de fornecer um dossiê explosivo sobre as tentativas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff

para tentar barrar as investigações da operação Lava Jato, o ex-líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), revela, em acordo de deleção premiada, um sofisticado esquema de corrupção nas obras da usina de Belo Monte. As informações estão dispostas no anexo sete da delação, obtido por ISTO É na quarta-feira 9. (Isto É, 11 de março, 2016)

No fragmento acima, observa-se o retorno à matéria do dia 03 de março (*A Delação de Delcídio*), uma vez que a reportagem é fruto do desdobramento do conteúdo do depoimento do ex-senador. O movimento da revista procura discorrer sobre o desvio de R\$ 45 milhões nas obras da usina de Belo Monte, detalhado por Delcídio, para abastecer as campanhas eleitorais do PT e do PMDB em 2010 e 2014. O próximo trecho dedica-se a fazer ponderações sobre as conversas telefônicas entre Lula e Dilma, na época, ainda presidente da República e trata os petistas como uma "organização criminosa" em "ação orquestrada".

Ouvidos e lidas de forma aleatória, os áudios e as transcrições das gravações feitas pela Polícia Federal nas escutas autorizadas na Operação Lava Jato assombram pela cruza dos diálogos e pela comprovação de que seus protagonistas agiram para obstruir a Justiça e encobrir delitos cometidos por autoridades e líderes petistas. Reunidas em ordem cronológica a partir da data em que foram gravadas, as conversas revelam ainda mais: havia em curso uma ação orquestrada, que configura uma prática continuada e típica de uma organização criminosa. (Isto É, 18 de março, 2016)

4.3.4 Análise do enquadramento *Relações de Dilma e Lula com acusados de corrupção*

Uma das estratégias da revista é costurar na narrativa outros personagens envolvidos em casos de corrupção com os líderes petistas a partir do depoimento. É possível encontrar seis fragmentos em que são citados amigos, integrantes de campanha presidencial e ministros nomeados no período de governo do PT, por exemplo. *O esquema de Erenice* é a reportagem que mais apresenta conteúdo deste segmento com quatro trechos. Segundo a delação divulgada pela revista, os ex-ministros da Casa Civil, Erenice Guerra (PT) e Antonio Palocci (PT) e o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau (sem partido), todos nomeados na gestão petista, atuaram no desvio de recursos do projeto por meio do pacote de obras civis e na compra de equipamentos na usina de Belo Monte.

Segundo o senador, um “triumvirato”, formado pelos ex-ministros Erenice Guerra, Antônio Palocci e Silas Rondeau, movimentou cerca de R\$ 25 bilhões e desviou pelo menos R\$ 45 milhões dos cofres públicos diretamente para as campanhas eleitorais do PT e do PMDB

em 2010 e 2014. Nas duas disputas presidenciais os partidos estavam coligados na chapa liderada por Dilma Rousseff. “A propina de Belo Monte serviu como contribuição decisiva para as campanhas eleitorais de 2010 e 2014”, afirmou o ex-líder do governo no Senado aos procuradores. (Isto É, 11 de março, 2016)

Além disso, a revista apresenta Erenice Guerra como "escudeira" de Dilma e relembra a acusação contra Israel Guerra, filho de Erenice, em 2010. Ele teria operado a concessão de um contrato de R\$ 84 milhões para empresário do setor aéreo em negociação com os Correios. A denúncia traz indícios de que Erenice e Israel montaram um *lobby* "familiar-partidário", cobrando propina aos empresários interessados em negociar com o Governo. A acusação levou ao afastamento de Erenice Guerra do Ministério da Casa Civil⁶⁵.

Erenice trabalhou como consultora jurídica do ministério de Minas e Energia, de 2003 a 2005, sob o comando de Dilma. Quando Dilma foi nomeada Ministra da Casa Civil, Erenice tornou-se sua secretária-executiva. Em setembro de 2010, assumiu a Casa Civil no segundo Governo Dilma. Erenice é apontada, no depoimento de Delcídio, como líder do esquema de corrupção na obra de Belo Monte, próxima ao município de Altamira, no Estado do Pará.

Denúncias sobre corrupção nas obras de Belo Monte já haviam sido feitas por outros delatores, mas é a primeira vez que uma testemunha revela com detalhes como funcionava o esquema, qual o destino do dinheiro desviado e aponta o nome dos coordenadores de toda a operação. A delação feita por Delcídio leva as investigações sobre o propinoduto petista nos setores de energia e de infraestrutura para as antessalas do gabinete presidencial. Desde 2003, Erenice é tida como uma escudeira da presidente Dilma e mesmo após deixar o governo, sob a acusação de favorecer lobistas ligados a seu filho, permanece como uma das poucas interlocutoras de Dilma. (Isto É, 11 de março, 2016)

O até então Ministro de Comunicação Social e ex-tesoureiro da campanha de Dilma em 2014, Edinho Silva, também é citado em esquema de lavagem de dinheiro. Delcídio do Amaral afirmou ter pedido recursos a Edinho para pagar dívida de R\$ 1 milhão de sua campanha eleitoral de 2014 ao Senado. Segundo o depoimento

⁶⁵ Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,erenice-guerra-e-suspeita-de-cobrar-propina-em-contrato-do-governo-federal,608435>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

apresentado pela revista, empresas credoras apresentavam notas fiscais relacionadas às respectivas dívidas, figurando como tomada de serviço a empresa farmacêutica EMS⁶⁶.

(...) o ex-líder do governo no Senado afirma que o atual ministro de Comunicação Social, Edinho Silva, tesoureiro da campanha da presidente Dilma em 2014 trabalhou para “esquentar” recursos provenientes da indústria farmacêutica usando a contabilidade das campanhas para governador e forjando falsas prestações de serviço. Delcídio afirmou que em 2014, quando disputava o cargo de governador do Mato Grosso do Sul, foi procurado por Edinho, “para que pagasse R\$ 1 milhão do saldo da dívida de sua campanha, sendo R\$ 500 mil devidos à FSB Comunicação, e mais R\$ 500 mil à Zilmar Fernandes, através de um laboratório farmacêutico chamado EMS”, revelou o senador. (Isto É, 11 de março, 2016)

O escândalo de corrupção ocorrido na gestão de Lula, o Mensalão, ainda rende pauta e prejudica a reputação dos petistas. A *Isto É* selecionou parte da delação que liga o ex-presidente Lula, o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci, o empresário Marcos Valério, operador do esquema de corrupção, e o ex-presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo pessoal de Lula.

Não seria a primeira vez que, durante a delação aos integrantes da Lava Jato, Delcídio envolveria Lula na compra do silêncio de testemunhas. De acordo com o senador, Lula e o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil, Antonio Palocci, em meados de 2006, articularam o pagamento a Marcos Valério para que ele se calasse sobre o mensalão. O dinheiro, um total de R\$ 220 milhões destinados a sanar uma dívida, segundo Delcídio, foi prometido por Paulo Okamoto. Aos procuradores, o senador relatou uma conversa com Lula em que ele o alerta: “Acabei de sair do gabinete daquele que o senhor enviou a Belo Horizonte (Okamoto). Corra, Presidente, senão as coisas ficarão piores do que já estão”. (Isto É, 03 de março, 2016)

Os publicitários Zilmar Fernandes e Duda Mendonça foram responsáveis por comandar a campanha presidencial de Lula em 2002. Segundo o Ministério Público Federal, Zilmar sacou R\$ 1,4 milhão das contas de Marcos Valério e enviou os recursos para o exterior à época⁶⁷. Mais uma vez verifica-se a ligação de outros.

Zilmar Fernandes foi sócia do publicitário Duda Mendonça e já esteve envolvida no escândalo do Mensalão. O laboratório EMS é investigado pela Lava Jato por manter parceria com o doleiro Alberto Youssef. Os investigadores também apuram o pagamento de uma suposta

⁶⁶ Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/teori-determina-que-investigacao-contraindinho-silva-va-para-justica-do-df>>. Acesso em 05 de julho de 2016.

⁶⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/08/acusacao-zilmar-fernandes-e-delirio-mental-afirma-advogado.html>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

consultoria de R\$ 8 milhões que o laboratório teria contratado do ex-ministro José Dirceu. Delcídio disse que as faturas foram emitidas contra o laboratório, mas que os pagamentos não foram realizados. “Os impostos das transações financeiras para a EMS foram efetivamente pagos pela FSB e por Zilmar”, afirmou o senador. (Isto É, 11 de março, 2016)

Ainda na reportagem do dia 03 de março, *A delação de Delcídio*, a campanha presidencial de 2010 feita por Dilma é apontada como fraudulenta e envolve o empresário Adir Assad, envolvido no esquema de corrupção da Petrobras.

Outra CPI, desta vez a dos Bingos (encerrada em 2006), segundo Delcídio, teria agido para proteger a presidente Dilma. A declaração vem no bojo de uma revelação que compromete a campanha da presidente em 2010. No anexo 29 da delação, o senador petista afirmou que “uma das maiores operações de caixa 2 para a campanha de Dilma em 2010 foi feita através do empresário Adir Assad”, condenado no fim de 2015 por ser um dos operadores do esquema do Petrolão. (Isto É, 03 de março, 2016)

4.3.5 Análise do enquadramento *Juízo de valor sobre Dilma*

O penúltimo *frame* agrupa traços de opinião nas reportagens sobre Dilma Rousseff e suas ações. Dos 10 trechos que compõem este enquadramento, sete pertencem à última matéria analisada, intitulada *Acabou!*, veiculada no dia 18 de março de 2016. Em todos os recortes, a construção textual traz conotação depreciativa à imagem da petista e aponta para a posição da revista sobre a figura política em questão. O próprio título do texto (*Acabou!*) traz uma pré-conclusão sobre o fato, induzindo que as gravações telefônicas entre Dilma e Lula disponibilizadas a público (assunto retratado nesta edição da revista), são determinantes para o fim do Governo do PT. O parágrafo a seguir abre a matéria e designa Dilma como uma “mandatária indigna” que “perdeu as condições de permanecer na cadeira de presidente”.

A presidente Dilma Rousseff perdeu as condições de permanecer na cadeira de presidente da República. Desde a semana passada, o terceiro andar do Palácio do Planalto abriga uma mandatária indigna do cargo para o qual fora eleita pelos brasileiros por duas ocasiões. Em seu juramento de posse, Dilma prometeu manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro. No discurso subsequente, comprometeu-se a lutar para que “o braço da justiça alcançasse a todos de forma igualitária”. (Isto É, 18 de março, 2016)

A reportagem destina-se a averiguar as conversas interceptadas pela Polícia Federal entre Lula e alguns agentes políticos. O juiz Sérgio Moro retirou o sigilo dos

aúdios em 16 de março de 2016 e revelou a público o diálogo entre Lula e Dilma, apresentado na *Isto É* na edição *Acabou!*. Em "As escutas mostraram ainda de maneira inequívoca que, ao contrário da retórica inaugural do seu mandato, Dilma pouco se importa com o princípio constitucional da igualdade", é possível observar que a revista usa da liberdade textual do estilo magazine para construir própria retórica.

Na última semana, os diálogos divulgados pela força-tarefa da Lava Jato, obtidos a partir de grampos telefônicos realizados no aparelho celular do ex-presidente Lula e de outros investigados, comprovaram o desprezo da presidente da República às leis, à Constituição e aos interesses da sociedade. As escutas mostraram ainda de maneira inequívoca que, ao contrário da retórica inaugural do seu mandato, Dilma pouco se importa com o princípio constitucional da igualdade – ainda mais perante a Justiça. (*Isto É*, 18 de março, 2016)

No trecho a seguir, a revista acredita que o conteúdo dos áudios é "indiscutivelmente fortíssimo e grave", tornando a manutenção de Dilma na Presidência da República, "insustentável" e aponta como solução a renúncia do cargo no intuito de colocar "os interesses nacionais acima das conveniências pessoais e políticas" pela primeira vez desde eleita.

Mas os áudios, contendo o peso das palavras e das vozes inconfundíveis dos mais altos hierarcas da República, conferiram publicidade e materialidade à trama – o que é indiscutivelmente fortíssimo e grave tanto do ponto de vista político como jurídico. Nos últimos dias, a Procuradoria-Geral da República estudava abrir investigação contra a presidente. Independentemente da decisão do MP, a manutenção de Dilma na Presidência é insustentável. Se um gesto de grandeza – inerente aos estadistas – lhe escapar, ou seja, a renúncia, onde a presidente pela primeira vez desde a eleição colocaria os interesses nacionais acima das conveniências pessoais e políticas, a trilha do impeachment no Congresso será uma realidade. (*Isto É*, 18 de março, 2016)

O fragmento abaixo mostra antecipação da *Isto É* em determinar os crimes da até então presidente Dilma Rousseff. Até o fim deste trabalho, o abuso de poder político e econômico nas campanhas, as pedaladas fiscais e o crime de responsabilidade não foram comprovados pelos órgãos competentes à investigação e apuração dos fatos, ao contrário do que é dito pela matéria no seguinte trecho:

Na última quinta-feira 17, a Comissão foi instalada. Em 45 dias, o assunto deve estar liquidado – muito provavelmente em desfavor de Dilma. Como se já não fossem suficientes para apeá-la do poder as fortes evidências de abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição e as comprovadas pedaladas fiscais, as conversas

divulgadas na semana passada expuseram o cometimento de outro crime: o de responsabilidade – por atentar contra as decisões judiciais e o livre exercício do Poder Judiciário. (Isto É, 18 de março, 2016)

A operação Aletheia, deflagrada no dia 04 de março, dia seguinte à publicação da delação de Delcídio pela *Isto É*, trouxe à tona a investigação sobre a possível ligação de Lula com o esquema de corrupção na Petrobras. O caso é conduzido pelo juiz Sérgio Moro. Em 16 de março, dias depois da condução coercitiva para o depoimento de Lula, o petista foi anunciado pelo Planalto como o novo ministro da Casa Civil⁶⁸. Uma das consequências da nomeação é que todos os ministros têm foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, o comando das investigações sobre Lula sairá de Curitiba e passará a ser do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para a revista, a nomeação infere à Dilma mais uma tentativa de burlar a investigação.

Uma das conversas captadas entre a até então presidente e seu antecessor tratava do envio do termo de posse de ministro para ser utilizado “em caso de necessidade”. A revista aborda o tema como uma "transgressão à legislação (...) sem qualquer pudor, de seguidas afrontas ao Judiciário".

As bases para a detenção do ex-presidente petista eram as seguidas tentativas de impor obstáculos às ações do Judiciário – atestadas pelos grampos. O conjunto de áudios impressionou os investigadores pelo desassombro dos interlocutores ao tratar de transgressões à legislação e pela promoção, sem qualquer pudor, de seguidas afrontas ao Judiciário. (Isto É, 18 de março, 2016)

A reportagem segue afirmando que a nomeação de Lula tem intenção de obstruir a Justiça e atribui a Dilma a transformação do "Palácio do Planalto num refúgio para o denunciado e trincheira política para fins político-partidários", atitude que a revista acredita revelar o desprezo da petista pela necessidade popular.

Ao manobrar para obstruir a Justiça, empossando Lula como ministro da Casa Civil e transformando o Palácio do Planalto num refúgio para o denunciado e trincheira política para fins político-partidários, a presidente mostrou seu total desprezo em relação aos anseios da população e provocou uma escalada de indignação na sociedade. (Isto É, 18 de março, 2016)

Juristas divergiram sobre a legalidade dos áudios divulgados entre Dilma e Lula, uma vez que na função da presidência, Dilma tem foro privilegiado. Sobre o tema, a

⁶⁸ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750766-dilma-nomeia-lula-como-novo-ministro-da-casa-civil.shtml>>. Acessado em 30 de junho de 2016.

petista alegou inconstitucionalidade na liberação das conversas feita pelo juiz Sérgio Moro. A *Isto É* aponta que Dilma "adotou um tom incendiário" para falar sobre os grampos telefônicos, fazendo do "Palácio do Planalto fosse sua propriedade particular".

No empenho para justificar o injustificável, o governo alegou que a divulgação do grampo teria sido ilegal. "Afronta direitos e garantias da Presidência da República", afirmou. Com o País em chamas, a presidente da República se portou da pior maneira possível. Momentos conflagrados, como o atual, exige dos governantes serenidade para impedir a instalação do caos. Dilma fez o inverso. Como se o Palácio do Planalto fosse sua propriedade particular, a presidente adotou um tom incendiário. Ao tentar desqualificar os grampos, falou em "ilegalidade", "conjunção" e disse que "é assim que começam os golpes". (Isto É, 18 de março, 2016)

Em *O esquema de Erenice*, publicada em 11 de março de 2016, ao tratar do esquema de corrupção na usina de Belo Monte, a revista destaca que a obra era carro-chefe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo acompanhada pela chefia da Casa Civil, onde estavam Dilma, então ministra, e Erenice Guerra, secretária executiva.

Os relatos feitos pelo senador mostram que a operação montada para desviar dinheiro público de Belo Monte foi complexa e contínua. Começou a ser arquitetada ainda no leilão para a escolha do consórcio que tocaria a empreitada, em 2010, e se desenrolou até pelo menos o início do ano passado, quando a Lava Jato já estava em andamento. Tida como obra prioritária do governo e carro chefe do PAC, Belo Monte era acompanhado de perto pela chefia da Casa Civil, onde estavam Dilma, então ministra, e Erenice Guerra, secretária executiva. (Isto É, 11 de março, 2016)

A revista traz o argumento de juristas sobre as consequências do crime de responsabilidade realizado por funcionários públicos. Apesar disso, não cita o nome das fontes consultadas e demonstra que a busca das informações tem o intuito de culpabilizar, por meio de argumento de autoridade, a petista com base no depoimento de Delcídio, que também liga Dilma ao superfaturamento da refinaria de Pasadena no Texas.

Segundo juristas ouvidos por ISTOÉ, a lei 1.079 que define os crimes de responsabilidade diz no artigo nono, itens 6 e 7, que atenta contra a probidade administrativa – e é passível de perda de mandato – usar de suborno ou qualquer outra forma de corrupção para levar um funcionário público a proceder ilegalmente ou agir de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro. O que também poderá trazer problemas para Dilma é o trecho da delação de Delcídio a respeito da compra da refinaria de Pasadena, no Texas, considerada

um dos negócios mais desastrosos da Petrobras e que foi firmado em 2006 com um superfaturamento de US\$ 792 milhões, quando Dilma presidia o Conselho de Administração da estatal. (Isto É, 03 de março, 2016)

Em *A delação de Delcídio*, do dia 03 de março de 2016, *Isto É* apresenta a argumentação de Delcídio do Amaral como um meio de "desmentir" a versão da até então presidente.

A versão da presidente era de que ela e os conselheiros do colegiado não tinham conhecimento de cláusulas desfavoráveis a Petrobras, mas Delcídio no anexo 17 da delação é taxativo: "Dilma tinha pleno conhecimento de todo o processo de aquisição da refinaria". "A aquisição foi feita com conhecimento de todos. Sem exceção", reforçou o senador. Não seria a primeira vez que Delcídio desmentiria Dilma na delação. No anexo 03, o senador garante que ela teve participação efetiva na nomeação de Nestor Cerveró para a diretoria da BR Distribuidora, contrariando o que ela havia afirmado anteriormente. (Isto É, 03 de março, 2016)

4.3.6 Análise do enquadramento *Outros*

Esta categoria reúne quatro fragmentos das reportagens que permitem delinear o posicionamento da revista sobre as questões de corrupção no governo no PT. Neles, é possível identificar depreciação das imagens de Dilma e Lula, bem como daqueles que apoiam os petistas.

Durante o depoimento, Delcídio chama a relação entre Erenice Guerra, Antonio Palocci (PT) e Silas Rondeau de triunvirato, quando se refere da atuavam dos ex-ministros no desvio de recursos na usina de Belo Monte. Triunvirato traz a conotação de governo formado por três representantes. No caso, a aliança tem a finalidade de gerenciar a corrupção na obra. *A Isto É* se apropria do termo para referir-se aos ex-ministros:

Delcídio afirmou que o triunvirato de Erenice começou de fato a operar três dias antes da data marcada para o leilão que escolheria o consórcio responsável pelas obras. O grupo formado pelas maiores empresas de engenharia do País desistiu da disputa. "Em algumas horas foi constituído um novo grupo de empresas que venceu o leilão, tendo sido a única proposta apresentada", afirmou o senador. Entre essas empresas estão a Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Contern, JMalucelli, Gaia Engenharia, Cetenco, Mendes Jr Trading Engenharia e Serveng-Civilsan. (Isto É, 11 de março, 2016)

Sobre as manifestações dos apoiadores de Dilma e Lula, a revista refere-se como

uma reunião dos "militantes pró-governo de sempre".

Revoltados, os manifestantes voltaram a ocupar as principais avenidas do País, os arredores do Congresso e o entorno do Palácio do Planalto. A maioria, num clamor pela "Renúncia já" da presidente Dilma. Na sexta-feira 18, atos reuniram os militantes pró-governo de sempre, mas em menor número. No Congresso, a começar pelo PRB, partidos da base de sustentação do governo deflagraram o processo de deserção. Na sequência do PRB, foi a vez do PP abandonar a nau governista. No dia 29, o maior partido da base aliada, o PMDB, pretende oficializar o desembarque. (Isto É, 18 de março, 2016)

Em outro momento, *Isto É* classifica a defesa de Dilma sobre o conteúdo dos áudios divulgados como uma "reação virulenta com vocabulário típico de militante, não de estadista" e indica que por tal atitude, a petista tem "culpa no cartório".

A reação virulenta, com vocabulário típico de militante, não de estadista, é de quem tem culpa no cartório. Como aqui, na Itália, a reação dos corruptos contra a Operação Mãos Limpas também consistiu em acusar os investigadores de cometerem abusos. "Essas acusações nunca se comprovaram, mas serviram para reduzir o apoio da opinião pública à operação e permitir uma reação do sistema corrupto. (Isto É, 18 de março, 2016)

E por fim, sugere tentativas, "nos bastidores", de Dilma Rousseff em provar que os grampos foram feitos no telefone presidencial, não no telefone de Lula e qualifica as notas oficiais do Governo sobre o caso como "lentas".

Ao mesmo tempo em que divulgava alentadas notas oficiais, nos bastidores, como é do seu feitio, o Planalto atuava para tentar desmontar os áudios. Num esforço para desconstruir o episódio, emissários do Planalto procuraram o perito Ricardo Molina. (Isto É, 18 de março, 2016)

No próximo capítulo, apresenta-se a discussão sobre a análise dos enquadramentos encontrado em forma de resultado da pesquisa.

4.4 Considerações sobre o resultado da análise

O predomínio de textos sobre Política na *Isto É* é característica da linha editorial proposta pela revista e pode ser verificado nas três edições analisadas. A cobertura do caso Lava Jato desenrola-se desde março de 2014 e intensificou-se a partir dos avanços da investigação e das colaborações premiadas, como é o caso da delação de Delcídio do Amaral, que rendeu assunto para duas das reportagens esmiuçadas. A maneira pela qual a investigação apresentou-se, em forma de denúncia na mídia, e desenvolveu-se, por

meio da publicização e desaprovação midiática, caracteriza o caso como um escândalo político midiático. Desta forma, as reportagens tratam o tema como previsto na perspectiva da teoria social do escândalo.

Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva são os atores políticos de maior destaque nas reportagens devido à importância do cargo exercido por ambos. Eles estão no centro da cena pública e o Jornalismo direciona como as ações deles são representadas na esfera de visibilidade. Ao selecionar adelação e os áudios para pautarem as reportagens, a revista já faz o recorte dentro do tema Política e traz a tona o escândalo político que envolve corrupção no Governo Dilma.

A Lava Jato propiciou consideráveis referências aos dois petistas na publicação. Para os atores políticos, é importante a exibição na esfera pública, pois é por meio dela podem alcançar eleitores, uma vez que a atividade política depende da construção de imagens públicas positivas, mas a exposição midiática traz instabilidade daquilo que pode ser noticiado negativamente. Ao mesmo tempo em que os atores políticos podem usufruir da comunicação para acumular capital social, ampliar o espectro de eleitores, emplacar agenda positiva, realizar publicidade etc., eles tornam-se vulneráveis, já que cultivaram uma imagem pública e por público entende-se tudo aquilo que pode ser captado e difundido pelos meios de comunicação. É o que Thompson (2000) apresenta na teoria do escândalo político midiático quando discute a transformação da visibilidade.

Dilma é o agente político mais referenciado, tendo 73 menções nos textos. Além de críticas sobre como a presidente afastada conduz a crise de imagem, as matérias buscam atribuir à Dilma crimes de obstrução da investigação, omissão sobre as práticas de corrupção e induz a necessidade da saída da petista do cargo de Presidência. Lula, por sua vez, acompanha as críticas e tem o nome vinculado ao escândalo do Mensalão. A revista busca evidenciar as possíveis tentativas de interferência na Lava Jato realizada por ambos, como também envolve os petistas com outras figuras implicadas em corrupção.

A *Isto É* desenha a imagem de Dilma e Lula em recortes identificados pela pesquisa como *Dilma interfere nas investigações*, *Lula interfere nas investigações*, *Dilma e Lula interferem nas investigações*, *Relações de Dilma e Lula com acusados de corrupção*, *Juízo de valor sobre Dilma* e *Outros* com base nas repetições, semelhanças e

diferenças entre si de aspectos específicos apresentados textualmente nas três reportagens.

Todos os enquadramentos apresentam, em maior ou menor grau, traços de opinião da revista, uma vez que a reportagem interpretativa é o forte do estilo de texto da revista semanal (VILAS BOAS, 1996). Pelo viés seu comercial, o formato de revista parte não apenas do interesse público, mas tende a considerar o *interesse do público* para noticiar. Como foi dito anteriormente, o caráter privado que rege a produção de uma revista, sua segmentação e público-alvo, aponta para uma publicação conotativa, opinativa, literária e até sensacionalista, e levanta questionamentos sobre a credibilidade jornalística no produto.

A *Isto É* traz análise e ponderações sobre o escândalo de corrupção que envolve os dois líderes petistas e aponta como a espetacularização política se entrelaça à criação do escândalo midiático político. Produzir matérias inteiras com trechos de depoimentos e de áudios intercalando comentários sobre os conteúdos é um exemplo disso. As técnicas de apuração e produção jornalística ficam em segundo plano para atender o *interesse do público*. Assim, o interesse do Jornalismo pela dramatização dos fatos é algo crescente que alimenta o próprio *ethos* da profissão e reflete-se na revista.

Os vieses apresentados sobre a Lava Jato nas reportagens configuram-se como os enquadramentos e desta forma, elucidam o posicionamento da revista sobre o caso de corrupção e seus agentes e mostram a fragilidade do conceito de objetividade na produção da notícia. A constante caracterização dos fatos e das figuras políticas realizada pela revista contribui para a formação da opinião pública. A imprensa brasileira traz para si o papel de formador de opinião para firmar-se como instituição e legitimar o próprio discurso. Em nenhum enquadramento foi verificado algum argumento positivo sobre o Governo do PT, Dilma e Lula. A argumentação negativa construída pela *Isto É* seleciona alguns aspectos da realidade percebida e os tornam mais salientes. É desta forma que o Jornalismo elabora a concepção social dos fatos e impacta na opinião pública. As manifestações de 13 de março, pouco depois da publicação de *A delação de Delcídio* e da condução coercitiva de Lula, demonstram isso.

A análise de enquadramento, aliada à teoria dos escândalos políticos, revela a organização do discurso da *Isto É* relativo à operação Lava Jato. Os *frames*

apresentaram os acontecimentos por meio das reportagens que receberam o estilo interpretativo, implicando significados.

Observa-se o desenvolvimento do escândalo político midiático proposto por Sherman (1978) nas etapas de revelação, publicação, defesa, dramatização, julgamento e rotulação. A construção de "discurso infamante" pelas empresas de jornalismo diante de um escândalo político, como aborda Luhmann (2005), pode estigmatizar e julgar previamente, mesmo não sendo uma atribuição do Jornalismo, os envolvidos no caso. Tal consideração é verificada na *Isto É* a partir da análise de enquadramentos realizada.

A revista apresentou postura bastante crítica a Dilma e Lula, orientada por enquadramentos exclusivamente negativos, colocando o fim da governabilidade de Dilma Rousseff como única proposta para sanar a problemática da corrupção, por vezes, defendendo o processo de *impeachment*. Reportagens que tratam de escândalos políticos, de maneira geral, colocam em questão a reputação e a confiança dos envolvidos e traz à tona estratégias de que os envolvidos utilizam para tentar minimizar danos ou escapar de culpa. Sánchez (1994) destaca que a desaprovação social atinge a confiabilidade no agente político, podendo levar ao fim sua carreira em disputas eleitorais. A *Isto É* colabora para a estigmatização dos representantes em questão ao construir *framings* negativos integralmente e delinear a imagem deles de forma depreciativa.

Os enquadramentos aqui verificados oferecem a possibilidade de examinar empiricamente o papel da mídia na construção da opinião pública e cristaliza a compreensão da sociedade sobre os fatos da Lava Jato. Percebe-se, que o ideal de objetividade é um valor que permite avaliar as práticas jornalísticas e está no centro da deontologia jornalística, mas as marcas textuais são baseada em escolhas subjetivas e remontam aos enquadramentos dos fatos.

Na *Isto É*, é possível encontrar marcas textuais bem definidas e sem preocupação de obedecer o princípio da objetividade jornalística, ora pelo estilo de texto que o formato de revista permite, ora pelo posicionamento, que torna-se claro na análise, da empresa sobre o caso de corrupção e seus protagonistas. Como discorre Mont'alverne, "o Jornalismo tem atuação partidária, independentemente de alinhamento político-partidário" (MONT'ALVERNE, 2016, p. 21).

Entende-se que as narrativas da *Isto É* organiza a percepção da sociedade sobre a atuação das instituições e integrantes envolvidos na operação Lava Jato. Afinal, é por meio da cobertura jornalística que o cidadão comum sabe o que ocorre no universo político; por meio da visibilidade. Partindo do entendimento que as narrativas são dispositivos discursivos que os jornalistas utilizam de acordo com próprias pretensões, subjetividades e compreensões, pode-se considerar o texto jornalístico analisado como a prática do exercício de poder da revista, enquanto influenciadora da opinião pública na construção da realidade social.

CONCLUSÕES

Este trabalho, cuja proposta foi analisar os enquadramentos da terceira maior revista semanal do país, a *Isto É*, a respeito do fenômeno político investigado pela operação Lava Jato, apresentou o posicionamento da referida publicação a respeito do Governo do Partido dos Trabalhadores, de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva.

Partiu-se do pressuposto de que o Jornalismo contribui na produção da realidade social e pode influenciar a opinião pública a partir da construção das imagens dos atores inseridos da esfera de visibilidade. Historicamente, o campo jornalístico esforça-se para estabelecer o discurso de autolegitimação diante da esfera civil na busca pela representação dos interesses dos cidadãos e na vigilância, desconfiança e independência da esfera política. Como destaca Miguel (2003), o Jornalismo desempenha papel crucial na formação da agenda pública, contribui para a disseminação de determinados enquadramentos e para a produção do capital político, determinando o contexto dos acontecimentos a serem capturados pela sociedade.

O objetivo foi estudar as narrativas sistematizadas a partir da delação premiada de Delcídio do Amaral na operação Lava Jato, buscando identificar de que forma os agentes relacionados ao caso são caracterizados no contexto de crise política. Como foi exposto, Scalzo (2003) lembra que as revistas tratam de informação pessoal, analítica e opinativa para ajudar o leitor em sua vida prática. É nesta perspectiva que a *Isto É* legitima as seleções, direcionamentos e enquadramentos sobre a Lava Jato nas reportagens, com base à liberdade estilística do formato de revista aliada à noção de Quarto Poder.

É possível afirmar que os enquadramentos selecionados caracterizam Dilma e Lula negativamente, como previsto. Mont'Alverne (2016) aponta que é esperado as empresas jornalísticas posicionarem-se contra qualquer escândalo político, independentemente dos envolvidos, mas que se deve ter atenção, uma vez que ainda assim é possível direcionar a cobertura. O tema agendado nas três reportagens é *Política* e é atribuído aos dois petistas, agentes de maior destaque dos textos, a culpa por crimes de obstrução da Justiça e corrupção com base em depoimento colaborativo para a investigação e áudios de conversas telefônicas divulgados. As críticas da revista são feitas realçando traços de opinião e interpretação dos fatos.

Entende-se também a espetacularização da notícia e das imagens dos atores políticos como resultado da relação entre mídia e política na revista. “A mídia aparece como outro agente potencial da espetacularização” (RUBIM, 2005 p. 26), aproxima o universo da política e a sociedade e constrói o próprio posicionamento sobre os temas e agentes junto aos cidadãos.

É possível dizer que panorama estabelecido atendeu aos objetivos a que se propôs essa pesquisa e trouxe contribuições importantes a respeito da relação entre Jornalismo, construção de imagem pública por enquadramentos e opinião pública no caso da operação Lava Jato. Acredita-se que a pesquisa pode contribuir na área de Comunicação e Política, mais especificamente, de Jornalismo e Política, dando ênfase ao uso das Teorias do Jornalismo para traçar a corrente teórica que dá conta do fenômeno observado. Novas pesquisas sobre Escândalos Políticos Midiáticos precisam ser feitas para aprimorar a compreensão do papel das revistas semanais no processo político nacional, bem como em que medida a produção jornalística destas revistas podem influenciar o processo de recepção e formação da opinião pública.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ADGHIRNI, Z. L. **O lugar do jornalismo na comunicação**. Líbero, São Paulo, v. 9, n. 17, 2006.

AGUIAR, L. A. **Entretenimento: valor-notícia fundamental**. Revista Acadêmica Semestral, Santa Catarina. n.1, 1 ed., 2008.

ALBUQUERQUE, A. **O paralelismo político em questão**. Compólitica, v. 2, n. 1, ed. jan-jun, 2012.

_____. **Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil**. Contracampo, Niterói, v. 4, 2000.

ALTHEIDE, D. **Creating reality: how TV news distorts events**. Beverly Hills, Sage Publications, 1976.

AZEVEDO, F. A. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública, Campinas, v. 12, n. 1, ed. abril-maio, 2006.

_____. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. Em Debate, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, março, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BARROS FILHO, C; MARTINO, L. M. S. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BENTHAM, J. **Sur la liberté de la presse et de la discussion publique**. In: Garanties Contre L'Abus de Pouvoir et Autres Écrits Sur la Liberté Politique, Paris: Editions Rue d'ULM, 1821.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____.; THOMAS, L. **The social construction of reality**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

BERTASSO, D. **Ethos discursivo em revista: encenações das imagens de si de Veja, Época, Isto É e Carta Capital em seus editoriais**. 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. In: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Brasília, 2013.

BIROLI, F; MIGUEL, L. F. **Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público**. Opinião Publica, Campinas,v. 18, n.1, ed. junho, 2012.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, ed. 11, 2000.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, ed. 7, 2011.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ed. 04, 2001. [1989].

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **The political field, the social science field, and the journalistic field**. In: BENSON, R.; NEVEU, E. Bourdieu and the journalistic field. Cambridge: Polity Press, 2005.

CARVALHO, A.; MONT'ALVERNE, C; MARQUES, J. **Jornalismo, política e escândalos midiáticos**: a mudança na imagem pública do ex-senador Demóstenes Torres. *Revista Passagens, Fortaleza*, v. 4, n. 2, 2013.

CAVALCANTE, R, B; CALIXTO, P; PINHEIRO, M, M, K. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Info. & Soc.: Est., João Pessoa*, v. 24, n. 1, ed. jan.-abr., 2014.

CHONG, D; DRUCKMAN, J. **A theory of framing and opinion formation in competitive elite environments**. *Journal of Communication, Evanston*, v. 57, n. 1, 2007.

_____. **Framing Theory**. *Annual Review of Political Science, Northwestern University, Evanston*, 2007.

COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. *The American Journal of Sociology, Chicago*, 1988.

COOK, T. E. **Governing with the news**: the news media as a political institution. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

_____. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, 2011.

D'ANGELO, P. **News framing as a multiparadigmatic research program**: A response to Entman. *Journal of Communication, Oxford*, v. 52, n. 4, 2002.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAHLGREN, P.; SPARKS, C. **Communication and citizenship**: journalism and the public sphere in the new media age. London: Routledge, 1993.

DANTAS, D; GOMES, A. L. **Conceito de noticiabilidade e agenda midiática na blogosfera**. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), São Luís (MA), 2008.

DINES, A. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. São Paulo: Summus, ed. 9,

2009.

ENTMAN, R. M. **Democracy without citizens**: Media and the decay of American politics. New York: Oxford University Press, 1989.

_____. **Framing**: Toward clarification of a fractured paradigm. In M. Levy e M. Gurevitch, eds., *Defining Media Studies*, New York: Oxford University Press, 1994.

_____. **Framing**: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, Oxford, v. 43, n. 4, 1993.

EPSTEIN, E. J. **News From Nowhere**. New York: Random House, 1973.

FRANÇA, G. M; FERRAGINI, B. C. **Reflexões sobre a evolução e as perspectivas do Agenda-Setting**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Campo Grande (MS), 2012.

GITLIN, T. **The whole world is watching**. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving, **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986 [1974].

GOMES, W. **As transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e Democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUNTHER, R.; MUGHAN, A. (org). **Democracy and the media**: a comparative perspective. Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 [1992].

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].

HALLIN, D; MANCINI, P. **Speaking of the President**: political structure and representational form in US and Italian television news. In: *Theory and Society*, v. 13, n. 6, nov. 1984.

KEANE, J. **The media and democracy**. Oxford: Polity Press, 1991.

LÉVY, P. **Cyberdémocratie**. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.

LIPPMAN, W. **Liberty and The News**. New York. Harcourt, Brace and Co., 1920.

_____. **Public Opinion**. New York. Harcourt, Brace and Co., 1922.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAIA, Rousiley. **Debates públicos na mídia**: enquadramentos e troca pública de razões. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 2, ed. julho-dez., 2009.

MARCONDES, C. F. **Haverá vida após a internet?**. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 16, dez., 2001.

_____. **Comunicação & jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker editores, 2000.

MARQUES, J. **Debates políticos na internet**: a perspectiva da conversação civil. Opinião Pública, Campinas, v. 12, n. 1, ed. abril-maio, 2006.

_____.; MIOLA, E. **Deliberação Mediada**: uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. Estudos em Comunicação, v.1, n. 7, 2010.

MARSHALL, L. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, E.; SILVA, G. **Jornalismo e Acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, v. 4, 2013.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento**: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, 2012.

MIGUEL, L. F. **Meios de comunicação de massa e política no Brasil**. Diálogos Latinoamericanos, Aarhus (Dinamarca), v. 3, 2011.

_____. **Os meios de comunicação e a prática política**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 55-56, 2002.

MILL, J. S. **Da Liberdade de Pensamento e de Expressão**. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

MILL, J. **Liberty of the Press**, London: The Supplement, 1885.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados**: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MONT'ALVERNE, Camila, Barreto. **Pródigo em decisões contra o interesse público**?: imagem pública, agendamento e enquadramento do congresso nacional nos editoriais dos jornais o estado de s. paulo e folha de s. paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MONT'ALVERNE, C; MARQUES, J. **Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo.** Contracampo, Niterói, v. 28, n. 3, ed. dez-mar, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** In: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, Ed. 2, 2008.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, E; ENS, R; ANDRADE, D; MUSSIS, C. R. **Análise de Conteúdo e Pesquisa na área de educação.** Cadernos de Educação, Curitiba, v. 4, n.9, maio-ago., 2003.

PÁDUA, L, B. **O escândalo da Petrobras e as eleições presidenciais no Brasil: Uma análise das estratégias de campanha adotadas por Aécio Neves e Dilma Rousseff em virtude desse escândalo.** In: VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2015.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto. 2005.

PEREIRA, F. **O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de "jornalista sentado".** Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PERUZZO, C. M. K. **Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania.** Revista Brasileira de Ciência da Comunicação, São Paulo, vol. 25, n. 2, 2002.

PORTO, M. **Enquadramentos da Mídia e Política.** In: RUBIM, Antonio A. (Ed.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia.** A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RUBIM, A. **Comunicação, espaço público e eleições presidenciais.** Comunicação & política, São Paulo, 1989.

_____. **Mídia e Política no Brasil.** João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

RUELLAN, D. **Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo.** Revista Comunicação e Sociedade, v.5, ed. dez., 2004.

SÁNCHEZ, F. J. **Posibilidades y límites del escándalo político como uma forma de control social.** Reis: Revista española de investigaciones sociológicas, n. 66, 1994.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, ed. 2, 2004.

SCHLESINGER, P. **Putting "reality" together.** Londres: Methuen, 1978.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

- _____. **The power of news.** Cambridge: Harvard University Press. 1995.
- _____. **Why Democracies Need an Unlovable Press.** Malden: Polity Press, 2008.
- SHERMAN, W. **Scandal and Reform: controlling police corruption.** University of California Press, 1978.
- SILVA, Vevila Junqueira. **O Escândalo do mensalão e revistas semanais: uma análise de enquadramento.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2008.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, ed. 4, 1999.
- SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Centro de Investigação Media & Jornalismo. Universidade Fernando Pessoa, Porto (Portugal), 2008.
- STREET, J. **Mass media, politics and democracy.** Hampshire e New York: Palgrave, 2001.
- TAVARES, F. **Uma especialização que vem da especialidade: das aproximações entre revista e jornalismo especializado em Vida Simples.** Brazilian Journalism Research. Brasília: SBPJOR, v. 7, n. 1, 2011.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **The New Visibility: Theory, Culture and Society,** Cambridge: Polity, São Paulo: Matrizes, 2005.
- _____. **Political Scandal: power and visibility in the media age.** Cambridge: Polity Press, 2000.
- TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987 [1835].
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, G. **Making News: a Study in the Construction of Reality.** New York: The Free Press, 1978.
- _____. **Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity.** American Journal of Sociology, Chicago, v. 77, n. 4, 1972.
- VILAS BOAS, S. **O estilo magazine.** São Paulo: Summus, 1996.
- VLIEGER, E; LEYDESDORFF, L. **Content Analysis and the Measurement of Meaning: the visualization of frames in collections of messages.** Amsterdam School of

Communication Research (ASCoR). The Public Journal of Semiotics III, University of Amsterdam, The Netherlands (Amsterdam), June, 2011.

WEBER, M. H. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Imagem pública. In: RUBIM, A. (Ed.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

_____. **Imagem pública**. In: RUBIM, Albino (Org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fonte, 2003.